



Estudos acerca da República sob o prisma da imprensa sul-rio-grandense

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

63



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Estudos acerca da República sob o prisma da imprensa sul-rio-grandense



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Estudos acerca da República sob o prisma da imprensa sul-rio-grandense



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2023

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Estudos acerca da República sob o prisma da imprensa sul-rio-grandense
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 63
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2023

ISBN – 978-65-89557-63-0

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 24 nov. 1889; 16 fev. 1890; e 21 ago. 1892.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

SUMÁRIO

O debate acerca da “verdadeira república” na imprensa da cidade do Rio Grande / 11

A representação imagética feminina da República e a caricatura na cidade do Rio Grande: dois breves estudos de caso / 25

As comemorações do 15 de Novembro pela Federação nas quatro primeiras décadas da forma de governo republicana / 61

Meio século de República e o jornalismo rio-grandino: o caso do jornal *Rio Grande* / 79

O centenário da República na perspectiva de um jornal da capital gaúcha / 99

O debate acerca da “verdadeira república” na imprensa da cidade do Rio Grande

Ao longo do século XIX, como meio de comunicação mais eficaz na difusão de informações e opiniões, a imprensa escrita exerceu significativo papel na formação de hábitos, gostos, desejos e, enfim, da opinião pública. Ao atuar como esse meio de comunicação, informação e divulgação/emissão de opinião, os jornais agiram como propagadores de princípios que nortearam as transformações e/ou a manutenção do *status quo* das sociedades. Levando ao público a discussão de tais pressupostos, divulgando, defendendo e/ou criticando determinadas ideias, cada periódico gerou sua própria construção discursiva sobre as mesmas, em uma manifestação do poder através da palavra. Nesse sentido, o discurso dos periódicos apresenta-se como uma prática “resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”¹.

Assim, o discurso tende a constituir um elemento que reflete as diversas características de uma comunidade, pois, mesmo que não se pretenda que todo

¹ ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 82.

discurso seja “como um aerólito miraculoso, independente das redes de memórias e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe”, é necessário “sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”, ou seja, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”, pois ele “constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço”². Nas abordagens de natureza política, o discurso se depara com campo fértil para proliferar-se e projetar-se, já que é no âmbito político que o discurso encontra um dos lugares onde exerce, “de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”³. Isso se deve ao fato de que o objetivo do discurso político “é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpellando através da construção articulada de uma visão de mundo”, refletindo-se, desse modo, por meio de palavras, ideias e atitudes⁴. Nesse contexto, a imprensa tem “um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive

² PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.

⁴ PINTO, Céli R. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-52.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

novos polos de polêmica, pautando temas e comportamentos”⁵.

A mudança na forma de governo brasileira representou um verdadeiro divisor de águas nas formações discursivas entabuladas pelos diversos jornais que compunham a imprensa da cidade do Rio Grande ao final do século XIX. Vinculadas ao jogo partidário da época imperial, as folhas rio-grandinas construía seus respectivos discursos político-partidários em torno do debate das ideias e práticas de liberais e conservadores. Nesse quadro, a República representava uma ruptura nessas construções discursivas, que tiveram de passar por uma reordenação e reestruturação, visando a adaptar-se às novas circunstâncias político-institucionais. Em termos gerais, o 15 de Novembro foi aceito pelos jornais rio-grandinos, com reações variáveis de cada periódico, como a resignação com o fato consumado, ou o apoio moderado à nova situação vigente, ou ainda o declarado entusiasmo diante dos anunciados novos tempos.

Ao final dos Oitocentos, acompanhando os progressos econômicos advindos das atividades portuárias, a cidade do Rio Grande possuía um jornalismo bastante desenvolvido para os padrões de então, com a edição de periódicos de diversificados gêneros. Dentre eles, circularam o *Diário do Rio Grande*, que, à época imperial, fora partidário primeiramente dos conservadores, passando depois para o lado dos liberais

⁵ PINTO, Céli R. Ao eleitor a verdade: o discurso político na imprensa em tempos eleitorais. In: BAQUERO, M. (org.). *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 67-68.

e, com o advento da República, buscou manter uma postura de neutralidade diante dos grupos em confronto. *O Eco do Sul* chegou a ser órgão partidário dos conservadores e, com a República, associou-se aos dissidentes republicanos e depois aos federalistas que se antepunham aos governantes sul-rio-grandenses, vindo a constituir uma das mais importantes publicações sul-rio-grandenses de oposição e até resistência ao oficialismo. O *Artista* surgiu como um semanário dos artífices, passando depois a constituir um dos principais diários rio-grandinos, filiando-se aos liberais, e, com a mudança na forma de governo, intentou manter certa isenção perante as forças em combate. O *Bisturi* era um semanário caricato praticante de um pensamento liberal, que acatou a República, mas em seguida colocou-se na oposição ao autoritarismo governamental. A *Tribuna do Povo* foi um periódico que surgiu após a mudança na forma de governo, vinculando-se à dissidência republicana e, portanto, opondo-se às forças governativas.

Nessa linha, diante da “evidência do fato consumado”, era manifestado o desejo de que os novos governantes pautassem “os seus atos pelas severas normas da justiça, da razão e do patriotismo” e que seu objetivo fosse “promover, o mais possível, a felicidade da pátria brasileira”, uma vez que os “verdadeiros patriotas” não iriam “preferir ao engrandecimento do seu país a preocupação das formas de governo”⁶. Também considerou-se que a República passara “de sonho dos adversários da velha organização a fato consumado, pela fatalidade revolucionária dos

⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 nov. 1889.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

acontecimentos”, diante do que, aceitava-se “a ordem de coisas estabelecidas”, aderindo-se ao movimento reformador”, pois o “dever de todos” deveria ser o de “cooperar, sem exclusões, nem divergências, cada qual na medida da sua condição, para que a reconstrução do edifício social derrubado se efetue sem comoções”, tendo em vista “a paz e a prosperidade da pátria”⁷.

Nessa época, a imprensa declarava que “o sagrado culto da pátria exigia o sacrifício de todos os afetos, de todos os laços que prendiam ao regime combalido”, de modo que, ao estar-se na República, se deveria ser republicano, já que “todo o país era revolucionário, na própria inconsciência do seu estado político, caracterizado por sintomas de adiantada decadência” sendo “a revolução sagrada, por um secreto instinto de simpatia universal”, a qual garantiria “seus efeitos pela unanimidade dos entusiasmos populares”. Isso confirmaria que a conversão ao republicanismo, tinha por base o patriotismo, ou seja, surgiram os “republicanos pela pátria”, manifestando a esperança de que se firmasse uma república embasada no “amor da liberdade e no patriotismo”⁸. O 15 de Novembro foi ainda enaltecido como a data da “regeneração política e social” do Brasil, a qual exigia a confraternização e a união dos brasileiros, para que daí viesse a “força sagrada” para “mover os destinos deste país”, que haveria “de ser o primeiro, dentre os primeiros do orbe civilizado”. Diante disso, surgia a previsão do descortinar de “um novo e prometedhor horizonte”, pois surgia “gloriosamente no seu firmamento a gloriosa

⁷ ARTISTA. Rio Grande, 18 nov. 1889.

⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 21 nov. 1889.

estátua da República, empunhando a bandeira da liberdade e da igualdade”⁹.

Esse acatamento, acolhimento e/ou entusiasmo inicial foi, paulatinamente se desfazendo e, em alguns meses, os atos e pressupostos empregados na implementação da forma republicana, mormente no que tange ao conteúdo autoritário dos novos detentores do poder, levaram a uma gradual e crescente insatisfação com a situação reinante. Dentro do possível, ou seja, equilibrando-se no fio da espada que a política repressora e a legislação coercitiva dos primeiros governos republicanos lhes impunham, os jornais rio-grandinos passaram a estabelecer construções discursivas voltadas à reivindicação, à contestação e até a resistência ao regime autoritário que, em nome da manutenção da nova forma de governo, restringia cada vez mais as liberdades individuais, dentre elas, a mais diretamente ligada às atividades jornalísticas, a livre expressão do pensamento.

As críticas aos novos governantes direcionavam-se às práticas exclusivistas, consideradas como um “grande erro e imenso perigo” e um “elemento pernicioso” que dificultava “a fixação de todos os esforços em bem da consolidação do regime instaurado”, levando à formação de um “mecanismo político” completamente “desengonçado”¹⁰. O exclusivismo era também visto como um “desserviço à causa da República”, deturpando essa forma de governo “que começara sob tão bons auspícios”. Firmava-se a sustentação de que “todos queriam uma república

⁹ BISTURI. Rio Grande, 24 nov. 1889.

¹⁰ ARTISTA. Rio Grande, 30 abr. 1890.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

democrática, vazada nos melhores moldes”, intentando “o engrandecimento da pátria, prestando culto à liberdade, representando a lei e fazendo do seu código político a base da sua futura grandeza”, características que não viriam marcando os rumos pelos quais passava o país¹¹.

As autoritárias atitudes governamentais eram denunciados, sendo tecida a consideração de que elas deveriam ser afrontadas “com a coragem e com a convicção de sempre, tendo por ideal supremo a organização da *República Federal*”, e conclamava-se todos os rio-grandenses que, “afeitos à liberdade”, queriam “a *República fraternidade* e não a *República ódio*” a não aceitar os “inauguradores daquela situação”. Nessa linha, eram chamados a postos todos os “desgostosos pelo que estava se dando nesta generosa terra”, a qual estaria “entregue ao despotismo de homens que pareciam fazer timbre em desvirtuar o pensamento republicano”. Ainda era previsto que o momento em que “os tiranos de qualquer ordem” acabariam por “ser fulminados pelo anátema das multidões”, surgindo então, “límpida e serena, a imagem da verdadeira república”. Além disso, surgia a exclamação de que, diante da “monstruosidade” situacionista, deveriam todos “os rio-grandenses marchar inspirados pelo mesmo ideal – a República *republicana*”, afastando do poder os indivíduos que significavam “a afirmação vergonhosa da deturpação da República”¹².

¹¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 13 mar. 1890 e 15 nov. 1891.

¹² ECO DO SUL. Rio Grande, 19 abr.1890; 22 maio 1890; 5 jun. 1890; 10 abr. 1891; e 27 nov. 1891.

Com o acirramento das disputas políticas que redundariam na Revolução de 1893, as contestações tornavam-se ainda mais incisivas, com o reforço da perspectiva pela qual aquela não era a república desejada pelos “verdadeiros republicanos”, sob a argumentação de que, desde o 15 de Novembro, o Brasil voltara aos “tempos de barbarismo”, nos quais “lampeja lúgubre e pavorosa a fagulha sinistra da irracionalidade da espécie humana”. Nesse sentido, era questionado “quem não tinha horror a esta República execranda”, bem como bradada a exortação de “abaixo esta República nefanda, esta gente do poder e da abastança, que olhava aos homens do labor com sobranceira e desprezo”, uma vez que seria inaceitável que se cometesse “todos os horrores que se poderia imaginar em nome da República, como se a ideia republicana, que devia ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos”¹³. Mesmo após o encerramento da guerra civil que durou de 1893 a 1895, alguns jornais rio-grandinos continuaram a defender princípios oposicionistas, exclamando que não era os governantes os representantes da “verdadeira república”, e sim “nós outros, que procuramos o interesse moral para a felicidade e o crédito da República”¹⁴.

Nessa época, a imprensa caricata rio-grandina também produziu uma série de imagens carregadas de simbolismo – o qual determina aspectos da vida da sociedade, refletindo direta ou indiretamente características do *modus vivendi* de um determinado

¹³ BISTURI. Rio Grande, 1º e 22 jan. 1893; e 30 abr. 1893.

¹⁴ TRIBUNA DO POVO. Rio Grande, 15 jun. 1897.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

grupo humano¹⁵ -, as quais expressaram desde o apoio à mudança institucional inaugurada a 15 de Novembro, até a discordância para com o modelo autoritário empregado na consolidação da nova forma de governo. A figura da República passou a ser personificada na imagem da mulher¹⁶ e a inauguração da forma republicana foi apresentada como uma mulher vestida à romana e de barrete frígio, sendo recebida pelo Brasil, representado por uma índia, a qual afirmava: “Sejas bem vinda deusa da liberdade, se é que vens inspirada no amor e felicidade da nossa querida Pátria”, ou seja, era imaginada um regime instaurado em moldes liberais. Tal entusiasmo foi pouco a pouco sendo convertido em desilusão e a dama republicana foi representada por uma figura feminina seminua, próxima a um muro¹⁷,

¹⁵ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 152-153.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 78-84.; e SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 312-315.

¹⁷ A nudez, nesse desenho, designa “a pobreza e a fraqueza espiritual e moral”, ou seja, “a nudez é a vergonha”. Já o muro representa “a cinta protetora que encerra o mundo e evita que nele penetrem influências nefastas de origem inferior” (CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p. 626 e 644). Dessa maneira, intentava-se demonstrar os descaminhos de vergonha, pobreza e fraqueza pelo qual estaria sendo levada a República, cada vez mais desprotegida com relação a seus próprios governantes.

com a legenda que traduzia as esperanças não concretizadas: “e todos supunham a República, essa deusa do barrete encarnado, uma criatura pura como os anjos, formosa, sedutora, cheia de amor pela sua pátria” e ainda “muito amiga da ‘Ordem e do Progresso’!...”. Nessa linha a República chegaria a ser apresentada como uma mulher abandonada e desconsolada por causa das dívidas, com os ratos tomando conta de sua casa¹⁸, acompanhada da afirmação: “Feliz a nação onde impera a justiça e se aplica a lei sem restrições”, mas “o mesmo não acontece com o Brasil, pátria dos compadres e das poderosas ‘ratazanas’, acariciadas pela República...”¹⁹.

¹⁸ As “ratazanas” são relacionadas à corrupção do país, referindo-se a um animal “esfomeado, prolífico e noturno”, que aparece “também como uma criatura temível, até infernal”. Tal animal é “tido como impuro” e “como uma imagem da avareza, da cupidez, da atividade noturna e clandestina”, sendo ainda “considerado como um ladrão” (CHEVALIER & GHEERBRANT, p. 770-771).

¹⁹ BISTURI. Rio Grande, 24 nov. 1889; 21 ago. 1892 e 9 abr. 1893.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE



Assim, a imprensa rio-grandina, através das páginas de seus periódicos, manifestou os diversos sentimentos, impressões, pensamentos e atitudes que marcaram alguns dos segmentos da sociedade brasileira de então diante da mudança institucional de 15 de Novembro. Da aceitação ou entusiasmo inicial, as reações foram se modificando até as manifestações menos ou mais incisivas de insatisfação e decepção para com os rumos pelos quais enveredavam os

mantenedores da nova forma de governo. O autoritarismo dos novos detentores do poder levou a que diversas folhas se referissem a eles como ditadores, tiranos e/ou déspotas, além de antidemocráticos e impopulares, buscando deslegitimar as formas de agir e pensar desses governantes. Nesse contexto, algumas das publicações impressas rio-grandinas traduziram o espírito de contestação e resistência às atitudes governamentais, típicos das oposições sul-rio-grandenses que, por princípios ideológicos e/ou por terem sido alijadas do controle do aparelho do Estado, imputavam àqueles governantes a condição de promotores do desvirtuamento, deturpadores ou fraudadores das doutrinas republicanas. Os diversos matizes político-ideológicos que marcaram a vida partidária nacional da virada do século faziam-se ouvir por meio das folhas rio-grandinas, almejando ou ao menos idealizando uma “verdadeira república” e, concitando os leitores a pensar, em “que tipo de república” seria a que atenderia plenamente os interesses do conjunto dos brasileiros²⁰.

²⁰ Texto publicado originalmente em: ALVES, Francisco das Neves. Que tipo de república - a implantação da nova forma de governo sob o prisma da imprensa rio-grandina: da aceitação à decepção. In: ALVES, F. N. (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 240-241.

A representação imagética feminina da República e a caricatura na cidade do Rio Grande: dois breves estudos de caso

A busca por transformar o abstrato em concreto, o imaterial em material, o incorpóreo em corpóreo, o ideado em factível tem constituído uma ação recorrente, mormente no que se refere à criação artística por meio das representações imagéticas. Nesse sentido, a figura feminina adquiriu relevância nesses atos criativos, sendo uma das mais notórias aquela que serviu para designar ideais libertários, democráticos e/ou republicanos²¹. Dessa maneira, a dama vestida à romana e de barrete frígio foi retomada a partir dos processos revolucionários franceses, incorporando aqueles princípios²², e, desde então se espalhou para várias partes do mundo.

No Brasil, a dama do barrete frígio teve uma presença marcante, vindo a desempenhar papel

²¹ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 96-97.

²² AGULHON, Maurice & BONTE, Pierre. *Marianne – les visages de la République*. Paris: Gallimand, 1992. p. 24-25, 31, 35 e 46-47.

essencial ainda maior na representação republicana, após a mudança na forma de governo, em 1889. A arte caricatural trabalhou abundantemente com tal alegoria, trazendo nas páginas impressas dos periódicos que abriam espaço para esse tipo de criação a imagem da imaculada dama, ou até mesmo, da deusa republicana. Mas, com o passar do tempo e o rompimento com o regime idealizado, com a perspectiva de que o regime que se instalara não era exatamente a “república sonhada” originalmente, a caricatura soube também representar tais decepções, de modo que aquela dama ia perdendo sua pureza e passando por constantes processos de decadência, que chegavam a beirar a imoralidade e a prostituição²³. Nessa linha, ao passo que os homens de governo estabeleciam uma República preme em atos autoritários, desmandos, malfeitos e corrupção, tudo isso desaguava na mulher-república, em sua aparência e em seus comportamentos, passando a designar as mazelas tão presentes na sociedade brasileira.

O *Bisturi* e a dama republicana

No Rio Grande do Sul a arte caricatural encontrou amplo espaço para desenvolver-se no seio de uma

²³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 78-84.; e SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 312-315.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

imprensa destinada especificamente à difusão desse tipo de criação. Nesse quadro, nas maiores localidades sul-rio-grandenses de então, ou seja, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, desenvolveram-se periódicos cujo norte editorial era calcado no humor, na ironia e, fundamentalmente, na crítica, associando o texto escrito com a imagem expressa por meio da caricatura, e que encontraram significativa popularidade em meio à sociedade gaúcha.

A cidade do Rio Grande, com seu papel estratégico nas lides mercantis provinciais/estaduais, por meio de seu porto, veio a constituir uma das mais progressistas no contexto rio-grandense-do-sul, ao longo de grande parte do século XIX e décadas iniciais dos Novecentos. Tal desenvolvimento econômico refletiu-se também em avanços demográficos e culturais, os quais permitiram que na urbe portuária evoluísse uma expressiva imprensa, em meio a qual circularam jornais de mais vários gêneros. Dentre eles, estiveram vários representantes da imprensa caricata, os quais destinavam pelo menos metade de suas páginas para a divulgação do humor gráfico.

Um dos mais importantes periódicos vinculados à imprensa caricata que circulou no Rio Grande foi o *Bisturi*, cuja edição mais contínua ocorreu entre 1888 e 1893, mas que permaneceu aparecendo pelo menos até meados da segunda década do século XX, já com uma circulação bem mais irregular, como demonstra a existência de pouquíssimos exemplares remanescentes desta época. O *Bisturi* durante a sua existência conviveu com alguns acontecimentos marcantes da formação histórica brasileira, como foi o caso da abolição da

escravatura, da proclamação da República, da ascensão do castilhismo e do espocar da Revolução Federalista.

Desde as suas origens, o *Bisturi*, sem constituir órgão partidário, demonstrou maiores simpatias pelas práticas e pelo ideário do Partido Liberal. Nesse sentido, entre 1888 e 1889, fez oposição ao gabinete conservador, vindo a aplaudir a sua queda e a ascensão do ministério liberal, o último do período imperial. Com a instauração da República, o periódico chegou a aplaudir a mudança institucional, imaginando a instalação de um regime liberal. Entretanto, o autoritarismo colocado em prática pelas autoridades governamentais passou a despertar a ojeriza de parte da folha caricata rio-grandina, ainda mais no caso do Rio Grande do Sul, onde o castilhismo expressava um republicanismo radical, positivista, personalista e concentrador de poderes nas mãos de um líder máximo. A partir de tais circunstâncias, o *Bisturi* não só fez oposição, como se colocou na resistência aos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, no âmbito federal, e de Júlio de Castilhos, na esfera estadual. Paralelamente, ficou ao lado do Partido Federalista, principal agremiação partidária que fez oposição ao regime castilhista na conjuntura gaúcha.

Levando em conta tais posicionamentos, o *Bisturi* viria a apresentar um caráter essencialmente precursor nas formas de representação da nova forma de governo. Desse modo, em pouco tempo, o periódico rio-grandino viria a realizar algo que marcou a caricatura brasileira em um período mais longo. Nesse sentido, o semanário, que chegou a trazer a dama republicana sendo bem recebida pelo indígena, que simbolizava o povo brasileiro, desde que ela viesse em nome da liberdade, também a apresentou por diversas vezes em perigo,

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

tendo em vista as ações de seus inimigos – inclusive os próprios governantes – e ainda como uma mulher corrompida, levada a tal estado pelos próprios “pais da pátria”. Assim, esse caminho da aceitação à decepção para com a nova forma de governo, fez com que o *Bisturi*, em menos de três anos, deixasse para trás a dama do barrete encarnado que idealizara, passando a representá-la como uma figura feminina que, assim como os governantes, estaria a deixar muito a desejar em suas ações.

Essa transição da dama republicana vestal para a corrompida²⁴ trouxe inicialmente a representação da figura feminina magnânima, em seus traços e indumentárias mais usuais²⁵. Ela chegou a aparecer magérrima, sentada ao alto de uma montanha, com os políticos que representavam as diferentes tendências políticas buscando alcançá-la²⁶; também foi representada à beira do abismo, sendo ameaçada por morcegos, que simbolizam os males que atingiam o país²⁷; desprotegida e desnuda à beira de um muro em ruínas, designando a situação da sociedade brasileira²⁸; caminhando assustada em meio a um campo cheio de cogumelos coroados, designando possíveis projetos restauradores²⁹; caindo de sua montaria diante de uma raposa simbolizando as tendências monárquicas³⁰; e decaída e

²⁴ Ver o primeiro capítulo deste livro.

²⁵ BISTURI. Rio Grande, 24 nov. 1889.

²⁶ BISTURI. Rio Grande, 20 abr. 1890.

²⁷ BISTURI. Rio Grande, 4 maio 1890.

²⁸ BISTURI. Rio Grande, 21 ago. 1892.

²⁹ BISTURI. Rio Grande, 11 set. 1892.

³⁰ BISTURI. Rio Grande, 30 out. 1892.

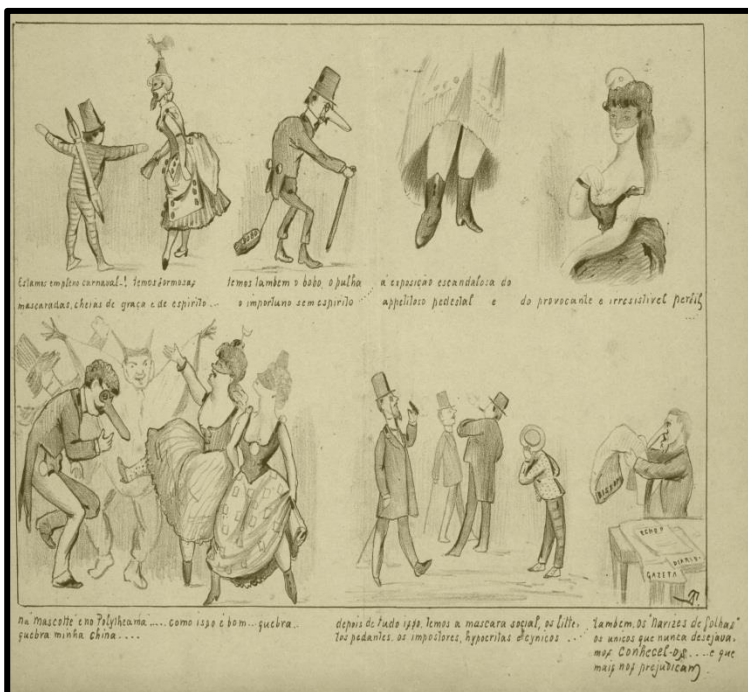
cabisbaixa, com ratazanas tomando conta de sua casa e de seu corpo³¹.

Nesse quadro, apenas três meses depois da proclamação da República, o *Bisturi*, como fazia ano após ano, mostrava cenas do carnaval, mantendo o tom irônico e crítico que demarcava sua orientação editorial. Desse modo, dizia que “estamos em pleno carnaval”, no qual se encontravam “formosas mascaradas e cheias de graça e de espírito”, referindo-se a um homem vestido de mulher, hábito caricatural para buscar menosprezar o retratado. Segundo o *hebdomadário*, naquele período apareciam também “o bobo, o pulha, o importuno sem espírito”; o “quebra-quebra” das danças; surgindo ainda “a máscara social, os literatos pedantes, os impostores, hipócritas e cínicos”; e mesmo “os ‘narizes de folhas’”, referindo-se àqueles que fiscalizavam o conteúdo dos jornais. Dentre as gravuras caricaturais era apresentada também uma figura feminina associada ao republicanismo. Primeiramente apareciam as pernas desnudas, exposição comum em momento carnavalesco, demarcando a “exposição escandalosa do apetitoso pedestal”; para depois surgir o “provocante e irresistível perfil” de uma mulher com grande decote, máscara e o barrete frígio. Poderia ser uma foliã fantasiada de dama republicana, mas também, a própria dama do barrete encarnado, usufruindo dos prazeres das festas de Momo³².

³¹ BISTURI. Rio Grande, 9 abr. 1893.

³² BISTURI. Rio Grande, 16 fev. 1890.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE



FRANCISCO DAS NEVES ALVES



(detalhe)

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Na fase do *Bisturi* posterior ao ano de 1893, que perdurou aproximadamente por mais de duas décadas, a figura da mulher-república voltou a aparecer, como é possível verificar nos números remanescentes. Retomando as origens da dama republicana, o periódico trazia tal figura feminina em alusão ao contexto francês, por ocasião da data nacional do país, apresentando gravura acerca do episódio da queda da Bastilha, na qual a dama do barrete encarnado desempenhava papel primordial. Em referência à realização do Congresso Pan-Americano, o semanário buscava chamar atenção do chanceler brasileiro, Barão do Rio Branco, desconfiando da presença do representante argentino – transmutado em uma aranha, em alusão aos perigos que o tradicional adversário representava nas disputas pela hegemonia sul-americana –, que era enxotado pela mulher-república, com o uso de uma vassoura³³. As desavenças com a Argentina voltaram à baila, por meio de uma grotesca dama republicana, que se escondia atrás de uma cortina, desejando que o Brasil continuasse envolvido em “politicagem destruidora da seiva do progresso”; ao passo que o personagem que representava o Brasil, “sonhando acordado”, imaginava um porvir no qual estivesse “morta a vil politicagem”, a qual lhe fazia “pequeno”³⁴. A chegada de um jornal destinado à defesa do republicanismo foi saudada por uma mulher-república, que estendia uma coroa de louros à iniciativa³⁵.

³³ BISTURI. Rio Grande, 17 jul. 1910.

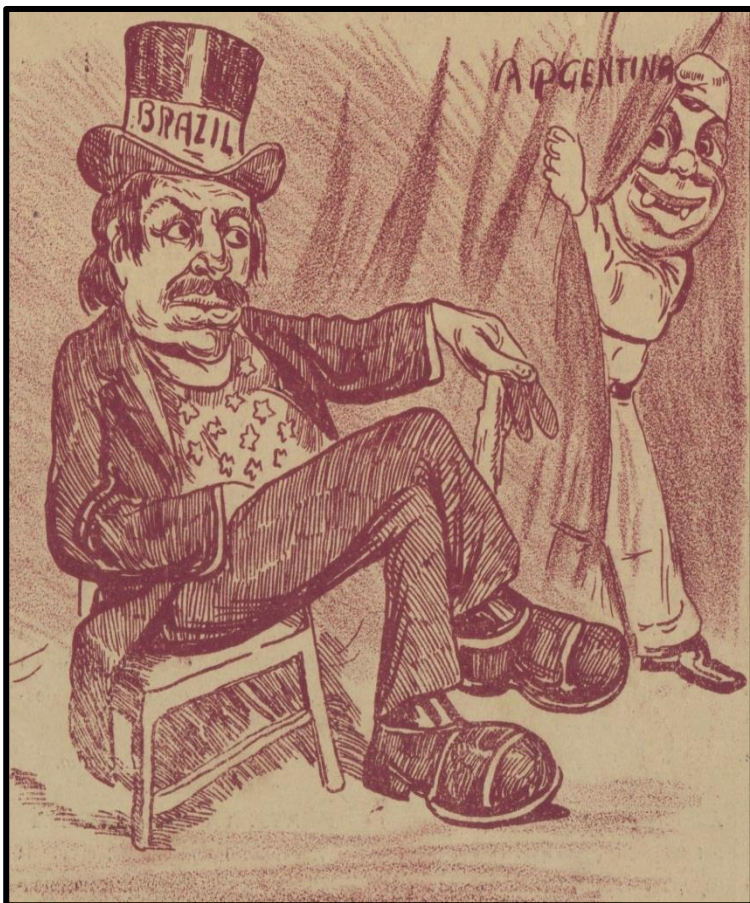
³⁴ BISTURI. Rio Grande, 21 maio 1911.

³⁵ BISTURI. Rio Grande, 10 dez. 1911.



ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE



Ao longo de sua existência, o *Bisturi* dedicou suas páginas ao debate partidário e político, defendendo as ideias e práticas dos liberais. Como folha oposicionista, atacou os conservadores, e, como publicação situacionista, buscou dar apoio ao governo liberal, durante o último gabinete imperial. Com a mudança na forma de governo, durante os primeiros meses, o hebdomadário dedicou-se a abraçar a causa republicana, porém, logo viria a decepção para com o autoritarismo dos novos governantes e o semanário romperia com eles, colocando-se na oposição, em luta pela “verdadeira

república”. A partir de então assumia a missão de combater os governos “tirânicos”, “ditatoriais” e/ou “despóticos”, como se referia às práticas governativas na conjuntura federal e estadual. Anticastilhista ferrenha, a folha rio-grandina sustentou tal posição até quando lhe foi possível, assumindo uma postura não só oposicionista, mas também de resistência ao castilhismo e em defesa dos federalistas e da Revolução³⁶. Essa postura custou-lhe muito caro, sofrendo com ferrenha perseguição, que chegou a levar a suspensão de sua publicação. Para levar em frente essa óptica de apoio e desapontamento para com os mantenedores do poder durante o novo regime, o *Bisturi* repetidamente lançou mão da figura da dama republicana para expressar suas opiniões acerca da transição institucional brasileira.

A experiência da arte caricatural no *Artista* e a presença de alegorias femininas e da mulher-república

Na virada do século XIX para o XX a imprensa brasileira – e a sul-rio-grandense no mesmo contexto – dava os primeiros passos em direção a um processo que caracterizaria mais um momento de inflexão em sua evolução histórica. Paulatinamente o jornalismo mudava e os jornais normalmente ligados a pequenas empresas tipográficas começavam a perder espaço. A centralização

³⁶ ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande, Editora da FURG, 2002. p. 464-465.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

e a concentração das atividades jornalísticas iniciavam a ganhar corpo, aumentando a competição entre as publicações na busca pelo mercado de leitores, de modo que só os que se adaptavam às novas circunstâncias e conjunturas teriam chances de manter-se circulando de forma mais duradoura. Pouco a pouco passaria a predominar a grande imprensa, praticante do denominado jornalismo empresarial, que se cristalizaria ainda mais a partir dos anos 1930, mas que já nos primórdios do século XX, lançava suas primeiras sementes.

Ao passo que as atividades jornalísticas começavam a concentrar-se em torno das publicações melhor estruturadas, havia também uma centralização em torno das grandes cidades, uma vez que alguns periódicos das mesmas, normalmente os das capitais estaduais, iniciavam uma caminhada de ampliação de exemplares impressos e uma distribuição mais ampla e sistemática, atingindo inclusive as cidades do interior, causando forte impacto no jornalismo praticado nestas localidades. No caso do Rio Grande do Sul, o jornal que se tornaria o protótipo desse processo histórico seria o *Correio do Povo*, primeira folha gaúcha que representaria a contento a imprensa empresarial. A cidade do Rio Grande bem demonstrava esse processo. Detentora de um dos mais importantes jornais no quadro rio-grandense do século XIX, na centúria seguinte passou a ver essa posição decair, de modo que, ao passo que nos Oitocentos chegou a ter quatro jornais diários circulando simultaneamente, nos Novecentos, viu tais números decaindo constantemente para três, dois e um.

Esse processo desencadeou-se paulatinamente, entretanto, nos primeiros anos do século XX, a cidade do

Rio Grande veria desaparecer duas de suas mais importantes folhas, uma delas era o *Artista*. Essa folha foi criada em 1862, como uma típica representante da pequena imprensa, ou seja, era um semanário de pequeno formato publicado por artífices. Aos poucos, o *Artista* progrediria em termos tipográficos e editoriais, transformando-se em um dos mais importantes diários comerciais rio-grandinos. O jornal apresentou uma identidade com os princípios dos liberais rio-grandenses e sustentou o conflito discursivo típico das disputas partidárias da época imperial. A República traria uma série de indefinições ao periódico, que buscaria manter um caminho de certa independência e neutralidade, embora, mesmo que nas entrelinhas, não se coadunasse com a situação vencedora, ainda mais se tratando do quadro regional e o ferrenho domínio do modelo castilhista-borgista³⁷.

Além de ter perdido parcialmente seu norte editorial no que tange à orientação político-partidária, o *Artista* também iria sofrer com os efeitos da forte repressão mantida sobre o jornalismo nos primeiros tempos republicanos, mormente durante o desencadear da Revolução Federalista. A partir de 1901, o jornal passou por uma etapa de completa indefinição editorial, além de publicar artigos e manifestos tanto de castilhistas quanto de federalistas, a folha, em uma espécie de retorno às origens, voltou a tratar de assuntos intrinsecamente ligados ao operariado. No ritmo dessa

³⁷ A respeito da história do *Artista*, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 231-269.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

indecisão quanto aos rumos editoriais, o periódico chegou a editar uma “Seção Operária” e artigos doutrinários a respeito do socialismo e das formas de organização dos trabalhadores. Ao completar seu quadragésimo aniversário, o próprio diário reconhecia as dificuldades que enfrentava, afirmando que a sua publicação atravessava um “sem número de obstáculos” cada qual “mais terrível” e que só lutando “titanicamente contra os escolhos de uma existência tormentosa”, era conseguida a manutenção da sua circulação³⁸.

Ocorreram constantes tentativas de reorganização da folha, buscando modernizá-la e adaptá-la aos novos tempos vividos pelo jornalismo. Foram anunciadas várias reformas tipográficas e prometidas diversas “novas fases”, à medida que diferentes redatores eram contratados. Nessa busca de modernização o diário rio-grandino chegou a publicar caricaturas e fotografias nas suas páginas, essas tentativas não passaram, porém, de experiências pouco duradouras. Entre 1906 e 1907, houve uma breve recuperação, quando o jornal obteve uma certa reordenação financeira e uma razoável reorganização editorial, buscando sustentar o modelo de uma publicação de caráter informativo. Apesar das constantes reformas, “novas fases” e tentativas de modernização, a crise do periódico aprofundava-se e a quantidade de publicidade estampada em suas páginas decaía constantemente, vindo a publicação a ser vendida em outubro de 1911. Seu novo proprietário, entretanto, utilizaria a folha quase que exclusivamente para

³⁸ ARTISTA. Rio Grande, 15 set. 1902.

sustentar seus interesses pessoais e partidários, o que levaria a um desgaste profundo e sem volta, promovendo o desaparecimento do *Artista* em agosto de 1912.

Em uma de suas “novas fases” o *Artista* inaugurou uma prática pouco comum a maior parte do jornalismo diário até então, com a inclusão de uma seção ilustrada em sua primeira página. Nessa seção predominou a utilização da caricatura. Tratava-se de uma inovação e tanto, uma vez que misturava o tradicional unívoco e monolítico discurso da imprensa dita séria, na qual estavam inseridos os jornais diários com as estratégias discursivas paradoxais características da pequena imprensa. A caricatura já havia sido incorporada às lides jornalísticas há algumas décadas em várias partes do Brasil, como na sua mais meridional província e, no caso da cidade do Rio Grande, esse processo se desencadeara mais intensamente desde os anos setenta do século XIX³⁹. Constituíam essas publicações, entretanto, uma imprensa caricata, ou seja, periódicos inseridos no contexto da pequena imprensa que tinham sua base editorial calcada no próprio desenho. Nessa época os jornais diários caracterizavam-se editorialmente pela escritura de textos, ficando as estampas como uma alternativa utilizada quase que exclusivamente nas matérias publicitárias.

³⁹ Ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.; ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995.; e ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Nessa linha, ao incluir a caricatura em suas páginas o *Artista* buscava adotar novas estratégias discursivas e editoriais que conquistassem o público leitor e proporcionassem melhores condições de adaptação à etapa pela qual passava o jornalismo. Essa “nova fase” do periódico foi inaugurada a 15 de dezembro de 1905, e o próprio editorial já buscava demarcar os renovados rumos. Afirmava a folha que na nova fase em que entrara, apresentava-se ao público como “órgão essencialmente popular” e, portanto, “sem filiações partidárias”, indo ao encontro da propalada neutralidade que se tornava quase que um chavão entre muitos jornais da época. Declarava que pretendia “lutar pelo povo e, se o povo lhe tivesse amor, ufano” poderia dizer, “como o nobre cavaleiro antigo que, ao voltar das rudes pelejas, oferecia a fronte ao beijo do Patriarca de Atenas”, dizendo “esta é a minha legítima glória”. Destacava também a folha que “todas as classes”, à frente das quais estariam “o comércio e a indústria, como sólido fator do progresso que pelo trabalho fecundo e pela atividade criadora” engrandeciam o Rio Grande – “alvo dileto dos afetos e devotamentos” do jornal – teriam “as energias e as dedicações” do *Artista* para servi-las com “desinteresse e altivez”. Alertava, porém, que não queria fazer “maiores promessas”, pois a sua atuação na imprensa do Rio Grande – ação que deveria ser “sempre honesta e digna, generosa e elevada” – teria “mais positiva eloquência” do que teriam “quaisquer prometimentos” que naquele momento fossem feitos⁴⁰.

⁴⁰ ARTISTA. Rio Grande, 15 dez. 1905.

Na edição do dia seguinte, o periódico destacava as repercussões de suas mudanças editoriais. Explicava que não faria “reclame” para o *Artista*, porque isso importaria em uma “insinuação à inteligência e à perspicácia do público” que bem sabia que a folha, nos moldes com que se apresentara, teria “naturalmente de alcançar o mais largo sucesso, o mais vasto acolhimento”. Mas, ao mesmo tempo, intentava deixar expreso o seu agradecimento ao público que, compreendendo “os imensos esforços e as grandes despesas advindas da nova feição” que tomara o *Artista*, amplamente estaria distinguindo “o antigo órgão rio-grandense com o seu amparo”, o qual significava a “garantia de êxito na sua fase nova e com a sua simpatia” que trazia em si “o mais grato conforto moral”. A publicação rio-grandina agradecia também aos colegas jornalistas pela maneira gentil com que saudaram o *Artista* pela sua reforma editorial⁴¹.

A seção ilustrada do *Artista* não se tratava de nenhum primor técnico ou artístico, apresentando, inclusive, no breve período que existiu, vários e graves problemas de composição artística e litográfica/tipográfica. Em comparação com os desenhos apresentados na própria imprensa caricata rio-grandina há pelo menos quatro décadas, ou até mesmo às estampas publicadas junto a alguns anúncios da própria folha, a qualidade era bastante inferior. Não houve qualquer identificação quanto ao autor das gravuras, mas o estilo não era parecido com o dos caricaturistas que já haviam trabalhado na cidade portuária. Ao lado do pouco primor dos desenhos, havia outros sérios

⁴¹ ARTISTA. Rio Grande, 16 dez. 1905.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

problemas de redação, linguísticos, de diagramação e mesmo de impressão, os quais prejudicaram em muito a nova experiência⁴².

Nas manifestações caricaturais publicadas nas páginas do *Artista*, houve a presença das representações femininas para as instituições e ideias, como foi o caso das alegorias envolvendo a imagem da dama republicana. Dentre as composições simbólicas de natureza feminil produzidas pelo periódico rio-grandino esteve a representação da própria cidade do Rio Grande. Em uma delas, um político prometia à designação cidadina o estabelecimento de uma rede de infraestrutura, garantindo à “bela e remozada dama”, em seu quadriênio de governo, oferecer-lhe “esses dois mimos: esgotos e água... para V. Exa. se lavar”⁴³. Por ocasião da visita de um navio português chamado *Pátria*, à localidade portuária, houve uma série de homenagens, inclusive do próprio *Artista*, que trouxe uma saudação aos marinheiros da citada nau, com a figura de um gaúcho entregando uma coroa de louros e a da cidade, destinando-lhes um buquê de flores⁴⁴. A folha diária proporcionou também o encontro entre duas damas, uma representando a administração municipal e a outra a Biblioteca Rio-Grandense, pioneira em seu gênero no Rio Grande do Sul e uma das mais importantes do país, a qual passava por dificuldades financeiras, solicitando o

⁴² Histórico da proposta editorial do *Artista* elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, cultura e sociedade no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2009. p. 65-70.

⁴³ ARTISTA. Rio Grande, 15 dez. 1905.

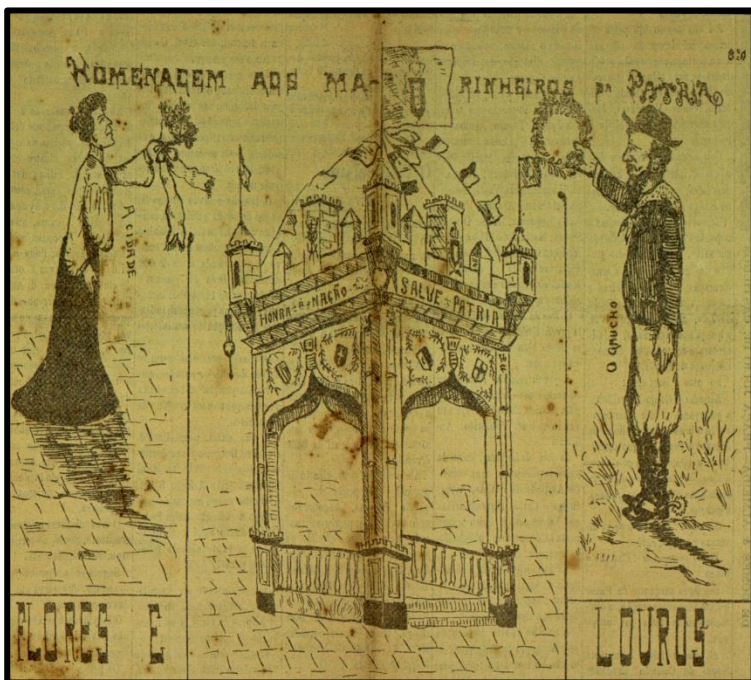
⁴⁴ ARTISTA. Rio Grande, 26 dez. 1905.

apoio da primeira, sob o argumento de que, “quem dá aos pobres, empresta a Deus”⁴⁵.



⁴⁵ ARTISTA. Rio Grande, 6 jan. 1906.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





Outro elemento constitutivo da sociedade, incorpóreo por natureza que foi representado em forma feminina pelo *Artista* foi a política. Nessa linha, uma caricatura mostrava o Zé Povo – tradicional representação dos brasileiros – pronto para depositar seu voto na urna, mas demarcando seu pouco conhecimento de causa quanto à relevância de seu ato, conforme a revelação que segredava à dama-política: “Não entendo

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

mais esta dama. Sou brasileiro, mas em política estou grego”; e prosseguia, dizendo que: “E se a coisa continuar assim, em vez de furar qualquer chapa, quem vai furando sou eu...”⁴⁶. Tal encontro entre o Zé e a mulher-política voltou a ilustrar as páginas do diário, dessa vez com o Povo reclamando que ela estaria a enrolá-lo, considerando-a como “uma boa moça de recados” dos políticos e que, na eleição apresentava-o em “um embrulho”⁴⁷. Outro elemento vinculado à vida política e ao próprio jornalismo também apareceu no formato feminino, ou seja, a opinião pública, em caricatura na qual ela se via na obrigação de apresentar um político catarinense, promovendo seus intentos, vindo a afirmar: “Quer o Lauro que eu o leve ao Senado para mostrar à nação que o... diabo não é tão feio como muitos o pintam”⁴⁸.

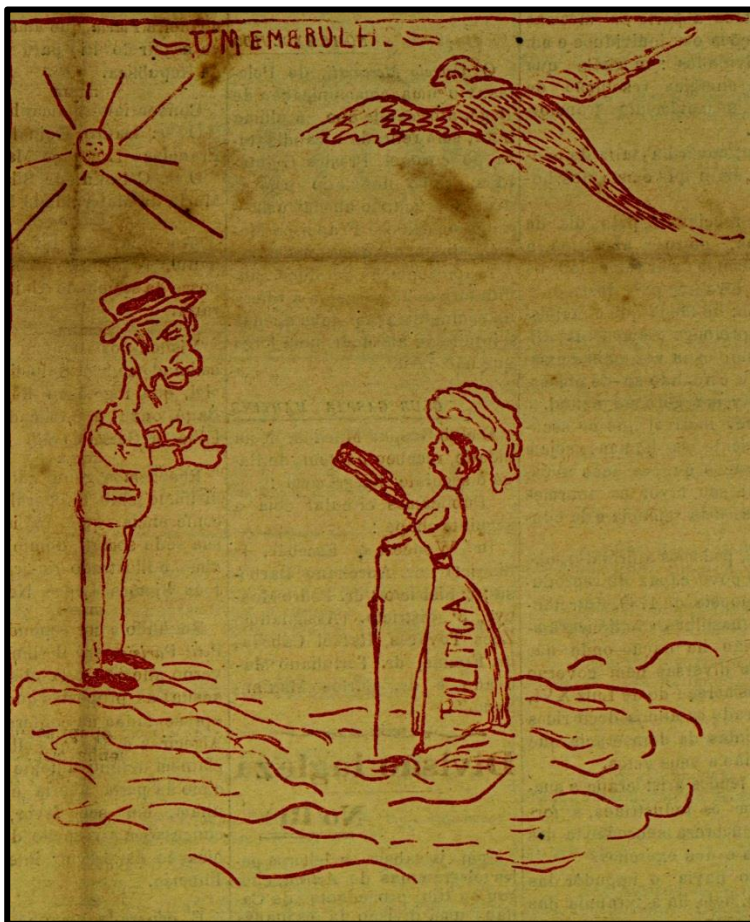
⁴⁶ ARTISTA. Rio Grande, 2 jan. 1906.

⁴⁷ ARTISTA. Rio Grande, 19 jan. 1906.

⁴⁸ ARTISTA. Rio Grande, 5 jan. 1906.



ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





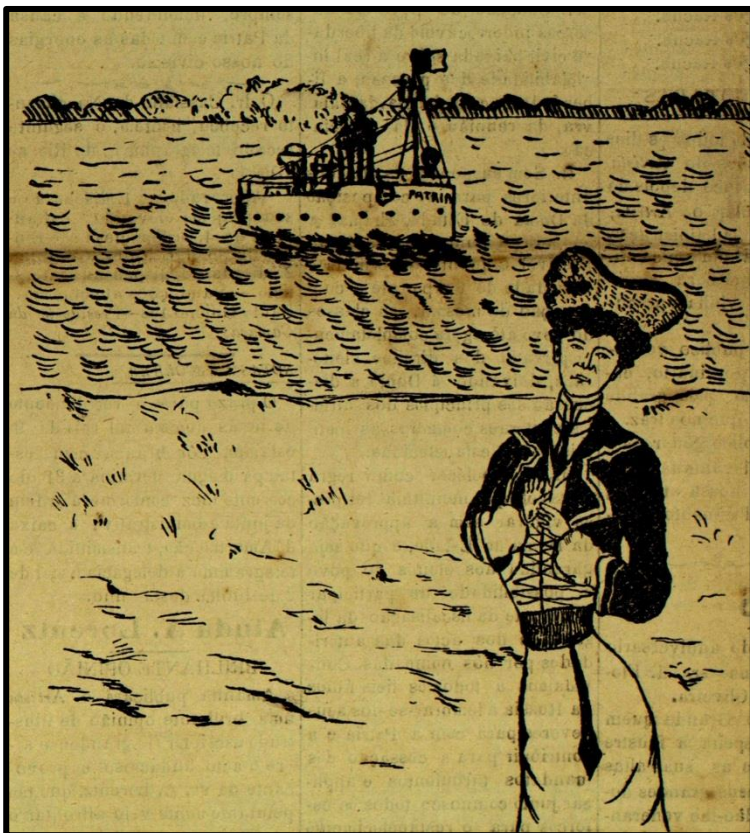
As exortações patrióticas do *Artista* também se manifestaram com o uso da alegoria feminina. Foi o caso das reações advindas do desentendimento diplomático brasileiro-alemão, motivado por ações atentatórias à integridade e soberania nacional promovidas por militares germânicos no litoral catarinense e que provocaram em várias partes do Brasil verdadeira cruzada contra esses estrangeiros, a qual se aliou a imprensa rio-grandina. Em uma dessas manifestações o

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

diário da cidade portuária fez uma comparação entre a presença no Rio Grande da belonave alemã chamada *Panther*, cuja tripulação cometera os atos que levaram à discórdia, e do navio luso *Pátria*, muito bem recebido, como sinal da integração brasileiro-lusitana. Nessa linha, o periódico apresentava uma dama portuguesa, designando a *Pátria*, considerada como um “símbolo do amor”, enquanto a *Panther*, designado pelo felino que lhe dava o nome, seria a representação da “fereza”⁴⁹. A pátria, como sinônimo do lugar em que se fixava a nação brasileira, surgia também em homenagem ao falecimento de um revolucionário sul-rio-grandense, que se batera contra as forças governistas, o qual aparecia em seu leito de morte, pranteado pelos seus soldados e com uma figura divina lhe orientando para o caminho do céu, ao passo que a mulher-pátria, como um ser alado e angelical, rendia-lhe uma homenagem, com a colocação de uma coroa de louros em seu busto⁵⁰.

⁴⁹ ARTISTA. Rio Grande, 21 dez. 1905.

⁵⁰ ARTISTA. Rio Grande, 12 jan. 1906.



ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE



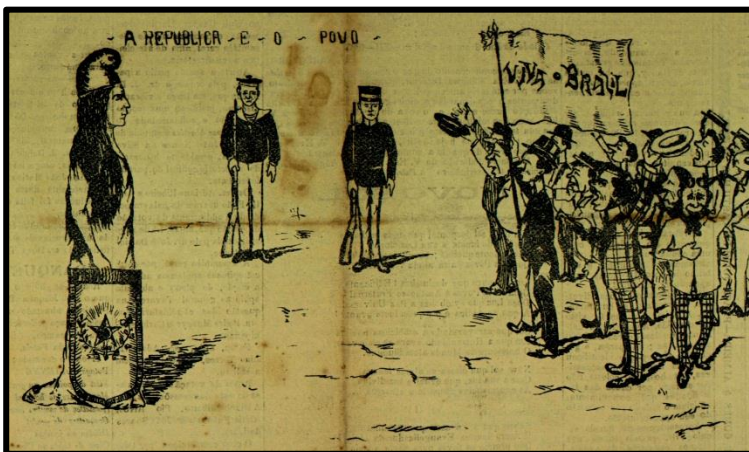
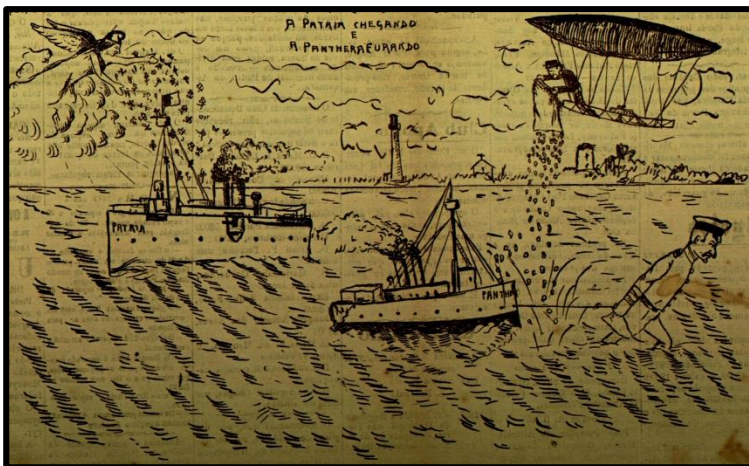
A dama do barrete frígio também se fez representar na experiência no campo caricatural do *Artista*. Em uma delas havia mais uma vez referência à querela diplomática brasileiro-germânica, com a comparação entre a *Pátria*, o navio português que estava chegando no Rio Grande, com ótima recepção, e a *Panther*, que estaria “furando”, ou seja, saindo da cidade portuária, puxada pelo seu comandante, em ação rápida, tendo em vista a pouca receptividade obtida em terras gaúchas. Na cena, enquanto uma alada deusa-república atirava flores sobre a nau lusa, de um dirigível eram jogadas batatas contra a belonave alemã⁵¹. Por ocasião do caso da *Panther*, o periódico chegou a mostrar a mulher-república liderando uma mobilização popular para dar sustentação à cruzada de oposição aos germânicos⁵². Tal alegoria feminina serviu também para que o jornal diário realizasse a crítica de natureza política ao mostrar ávidos políticos correndo em direção à dama republicana para abocanhar lucrativos cargos públicos, diante do que, para “os candidatos à deputação”, a República exclamava: “Mais devagar meninos!... Não venham com tanta sede ao pote!”⁵³.

⁵¹ ARTISTA. Rio Grande, 19 dez. 1905.

⁵² ARTISTA. Rio Grande, 22 dez. 1905.

⁵³ ARTISTA. Rio Grande, 16 jan. 1906.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





Assim, apesar dos problemas e limitações enfrentadas, o *Artista* buscou sustentar a novidade de trazer um complemento visual às suas edições, expressando através de desenhos em geral e da caricatura mais particularmente uma série de construções discursivas, levando ao público leitor o debate a respeito de variados assuntos do momento. Era uma renovada estratégia, para uma “novel fase” e, ainda que limitada cronologicamente, demonstrava a vontade de continuar dos responsáveis pela folha, lançando-se, inclusive, a inovadoras e arriscadas experiências. Ficava assim estabelecido o intento do jornal diário de promover o somatório entre a tradicional ordenação discursiva e editorial calcada exclusivamente no texto, com o apelo que a imagem vinha trazendo aos leitores já há bastante tempo⁵⁴. Para tanto se utilizou de diversas alegorias, dentre elas aquelas representações inspiradas

⁵⁴ ALVES, 2009. p. 70-71.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

na figura feminina, em meio as quais não faltou a dama do barrete frígio para simbolizar a República.

As comemorações do 15 de Novembro pela *Federação* nas quatro primeiras décadas da forma de governo republicana

A imprensa brasileira do século XIX e primeiras décadas da centúria posterior teve fortes ligações com as disputas políticas que marcaram tal época, de modo que os jornais, em linhas gerais, tinham vínculos ou simpatias por determinadas agremiações partidárias, demonstrando isso aberta ou veladamente. À época da transição Monarquia – República, os debates ganhavam força através das folhas impressas e, no Rio Grande do Sul, esse processo foi ainda mais acentuado, tendo em vista a tradicional bipolarização partidária, marca registrada da política gaúcha, a qual se estendeu pelos decênios iniciais dos Novecentos. Foi esse um momento histórico em que se digladiavam no jornalismo rio-grandense, primeiramente, liberais e conservadores, surgindo, na década de oitenta, outros adversários para aqueles, os republicanos, até o pós-1889, quando enfrentaram-se os castilhistas contra seus opositores, em disputa que se estendeu por praticamente toda a República Velha.

O movimento republicano sul-rio-grandense foi tardio em relação ao centro do país, originando-se no seio de jovens estudantes de Direito em São Paulo que passaram a trabalhar pela difusão de ideais

antimonárquicos. Esses militantes representavam uma ascendente oligarquia não vinculada aos grupos políticos tradicionais e fariam ferrenha oposição aos liberais, consolidados no poder há décadas. Progressivamente o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com a liderança ascensional de Júlio de Castilhos, passaria a radicalizar seu discurso e a fomentar um modelo autoritário embasado no ideário positivista. Castilhos executaria práticas políticas sectárias e exclusivistas, levando em frente um projeto de perpetuação no poder e de afastamento de qualquer partido ou indivíduo que não seguisse à risca a cartilha castilhista, o que redundaria na formação de fortes grupos oposicionistas. O projeto castilhista de poder se consolidaria, predominando no Rio Grande do Sul ao longo de praticamente toda a República Velha.

A imprensa deu voz aos vários grupos que se engalfinharam em disputas políticas, partidárias e bélicas nessa época, de modo que os jornais exerciam uma função primordial na sustentação do conflito no campo discursivo. Os republicanos castilhistas, desde o início de sua atuação, trataram de levar a cabo a publicação de um periódico que difundisse suas ideias, surgindo *A Federação* em 1884. O jornal porta-voz oficial do PRR foi utilizado politicamente com a finalidade de persuadir e de convencer, de maneira que, com o discurso, exercia a militância política e almejava obter efeitos pelo uso da palavra⁵⁵. Na folha governista

⁵⁵ FÉLIX, Loiva Otero. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhista. In: POSSAMAI, Z. (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 51.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

escreveriam algumas das principais lideranças que atuaram na política regional e nacional da República Velha⁵⁶ e sua atuação foi doutrinária, adotando um estilo jornalístico a serviço da propagação e da defesa dos ideais políticos castilhistas, mantendo uma base seguramente ideológica e partidária⁵⁷. O periódico governista resumiu de fato o modelo de jornalismo político-partidário vigente no Rio Grande do Sul, tendo significativo papel, desde o seu lançamento, na articulação do movimento republicano, ao assumir o cunho de órgão de combate e propaganda⁵⁸.

⁵⁶ Ver: SCHNEIDER, Edgar Luiz. *Imprensa sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 97.; e ERICKSEN, Nestor. *O sesquicentenário da imprensa rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, Associação Rio-Grandense de Imprensa, 1977. p. 45.

⁵⁷ REVERBEL, Carlos. *Tendências do jornalismo gaúcho*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 119.

⁵⁸ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2003. p. 43. A respeito da *Federação*, o autor ainda afirma: “A empresa foi constituída mediante subscrição feita pelos membros do partido e a direção do jornal terminou confiada a Júlio de Castilhos. Este líder político, orador medíocre, mas especialista no manejo da pena, criou novas concepções jornalísticas, principalmente o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois pode modificar seu curso. As conjunturas de crise política e social fomentam movimentos de opinião contraditórios e a receptividade do público, criando espaço para intervenção doutrinária da

A *Federação* refletiu o radicalismo dos republicanos positivistas, mantendo uma posição de intransigência em torno dos princípios do partido, negando qualquer concessão⁵⁹, e entabulou uma

imprensa. O jornalismo não é uma força passiva, embora partidariamente engajada, do processo de formação da opinião pública, mas um fator ativo de modelagem pública da própria opinião. De acordo com estas concepções, que logo se generalizam pela imprensa da época, a folha desempenhou significativo papel no processo de abolição da escravidão e, depois, foi protagonista central da chamada Questão Militar. Durante a República Velha, o jornal se tornou porta-voz oficial do governo do PRR. A *Federação* constituía, então, a correia de transmissão da política governamental, facilitando as articulações partidárias numa época em que eram difíceis as comunicações. O periódico tinha um papel fundamental na construção e manutenção da nova hegemonia, guiando-se ideologicamente pela tradução castilhistas do positivismo comtiano. Para Borges de Medeiros, herdeiro de Castilhos, a publicação era o regime e o método do governo do PRR. No auge do regime, na segunda década do século XX, o jornal chegou a tirar dez mil exemplares, procedendo a reformas gráficas e editoriais que modernizaram seu jornalismo. Porém, depois, na década seguinte, a folha entrou em decadência, acompanhando o próprio declínio do partido. As subvenções oficiais começaram a aumentar e o jornal, tirando edições cada vez menores, a se descaracterizar, assumindo um discurso eclético, que, de certo, não suprimiu a importância da publicação, mas reforçou o conceito de diário oficial. Na década de trinta, A *Federação* passou a órgão oficial do Partido Republicano Liberal. Em 1937, o Estado Novo, recém-proclamado, extinguiu o jornal através de ato oficial” (p. 44-45).

⁵⁹ RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

construção discursiva calcada no maniqueísmo dos bons e dos maus, ou seja, dos aliados e dos adversários, legitimando as formas de agir e pensar dos primeiros e criticando, censurando, atacando e, enfim, deslegitimando os outros. De um lado estavam Júlio de Castilhos e seus seguidores, enaltecidos, glorificados e heroicizados, do outro, os representantes dos vários matizes oposicionistas, combatidos ao extremo com ódio ferrenho. Os opositores ao regime, fossem os federalistas, os dissidentes republicanos ou os revoltosos da Armada eram tratados como a escória que teria deturpado, anarquizado e ameaçado as instituições estabelecidas no 15 de Novembro, ao passo que os governistas, como Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto eram apresentados como os fiéis mantenedores e consolidadores da República. Nesse sentido, o periódico castilhista, através de uma forma própria de linguagem, criou categorias – modos de pensar – responsáveis pela elaboração de um imaginário, gerando uma imagem de si e dos insurretos, a partir de um conteúdo ideológico, e edificou um discurso que foi componente importante para a construção de um tipo de “verdade”⁶⁰, a dos governistas⁶¹.

Revolução de 1893. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1983. p. 34.

⁶⁰ FÉLIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, A. B. & FÉLIX, L. O. (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995. p. 180.

⁶¹ Histórico do periódico estabelecido a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A ruptura diplomática Brasil – Portugal ao final do século XIX na visão da imprensa governista rio-grandense-*

Como órgão de difusão do ideário e das práticas do republicanismo castilhistas, *A Federação* utilizou-se das efemérides alusivas às consideradas datas cívicas nacionais para promover, a partir da exaltação patriótica, ainda com maior ênfase a sua proposta editorial. O maior objetivo dessas comemorações vinculava-se ao fato de que tais datas passam a ser entendidas como formas de registros do tempo, que se ligam à memória dos indivíduos e das sociedades, vindo a se tornar marcos referenciais. Tais referências se voltam a demarcar acontecimentos variados e, assim, possibilitam a determinação de maneiras de rememorar, de maneira que, transformadas em celebrações, passam a ter poder, vindo a constituir códigos de interferência na memória⁶². Esse foi o caso do 15 de Novembro, construído como a data máxima da República e que foi lembrado pela publicação porto-alegrense a cada década passada, em 1899, 1909, 1919 e 1929.

do sul. Rio Grande: FURG, 2005. p. 59-62.

⁶² BITTENCOURT, Circe. Introdução. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 11-12.

Em 1899⁶³, sob o título “O décimo marco”, *A Federação* dizia que naquela data “a República Brasileira assinala o décimo marco indicador da sua existência” na condição de “nação livre entre as que se governam for dos auspícios dos senhores por direito divino”. Segundo a folha, seria possível “bem auferir de quanto avançou a pátria nos estádios da civilização e das grandes reformas políticas e sociais”, a partir da verificação do “quadro que se desdobra no Rio Grande do Sul”, no qual “a forma de governo republicana viu surgir o seu primeiro tabernáculo”, e em que “apareceram os seus primeiros levitas e cujo solo foi o primeiro a ser regado com o sangue dos que fervorosamente a pregaram”.

Na mesma linha, considerava que seria a partir da sul-rio-grandense “terra abençoada da liberdade, sob cujo lábaro desabrocham todas as ideias excelsas, todas as tentativas generosas”, que se poderia “mais placidamente olhar para a estrada já percorrida pelo glorioso Brasil”, bem como “aquilatar das suas vitórias através das mil dificuldades que lhe foi preciso remover”. Referia-se também que o Rio Grande do Sul observara os “imediatos perigos que teve de conjurar e das traições preparadas por muitos de seus filhos degenerados que o novo regime pode surpreender e evitar”. Comentava ainda que, “em dez anos de vida de um povo saído da escola monárquica, com todos os seus processos arcaicos e com todos os seus recursos artificiais”, não seria possível que esperasse “o mais estupendo dos estadistas ver o seu progresso material manifestar-se paralelamente às conquistas obtidas na ordem moral”, as quais “têm sido sempre a

⁶³ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 14 nov. 1899.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

determinante das manifestações revolucionárias, inspiradas contra o poder destruidor e esterilizador da realeza”.

Em tom crítico, afirmava que “improvisados analistas da história do decênio que termina, com uma teimosia que mal lhes encobre velhos despeitos”, vinham se fartando “de desenhar quadros comparativos do progresso material, financeiro e econômico das eras monárquicas, nos seus últimos anos de existência”, de maneira “a fazer ressaltar nesse ponto a inferioridade do que a República tem obtido”. Argumentava que, para tais analistas “a mudança da forma de governo devia trazer, primordialmente, como fim expreso e insofismável, não o direito amplo” de escolha dos governantes temporários, ao invés de suportar “obrigatoriamente, *in eternum*, gerações de estafermos dinásticos envolvidos em sedas, arminhos e lantejoulas”. Defendia que aqueles não queriam “a liberdade espiritual absoluta, caracterizada pela adoção da religião ou escolas filosóficas que a cada um mais aprouvesse”, no lugar “de uma religião oficialmente imposta pelo terror do cárcere”. Considerava ainda que os autores daquele tipo de análise pretendiam negar “a comunhão de direitos e deveres com os estrangeiros”, que vinham “dar o seu trabalho e o seu concurso, no cultivo do solo ou no desenvolvimento dos diversos ramos de atividade social”, e sim “o seu afastamento do gozo desse direito e o usufruto egoístico do seu braço e do seu capital”.

Na perspectiva do periódico, “em dez anos de existência nova, três dos quais foram extraordinariamente agitados por convulsões políticas de resultados calamitosos”, a República “teve a fortuna de conservar ileso o seu crédito, de manter as indústrias

num pé de relativa prosperidade” e “de não ver interrompidas nem mesmo no mais aceso das lutas intestinas, as correntes imigratórias para as suas plagas encaminhadas”, as quais triam vindo a constituir “um dos mais brilhantes certificados da pujança e riqueza” nacional. O jornal garantia que as “tempestades políticas não impediram que os Estados, naturalmente dotados com os elementos indispensáveis à expansão do seu progresso ainda rudimentar”, viessem a marchar “desassombrados e chegassem a um grau de prosperidade que jamais haviam atingido sob o domínio imperialista”.

A publicação porto-alegrense citava que, dentre esses casos de avanços estaduais estaria o próprio “Rio Grande do Sul, exuberante de seiva, amoldado perfeitamente à forma política de governo inaugurada”, vindo a demonstrar “do que são capazes o talento e a dedicação de um estadista formado na escola do mais acendrado e puro patriotismo”. A esse respeito, afirmava ainda que “o Rio Grande, sob o influxo republicano, tem sido uma escola para o caráter e um aperfeiçoador do civismo de seus filhos”, ao derramar “sobre a vasta federação sul-americana jorros de uma luz fecundante, a iluminar o caminho que conduz à felicidade”. Nesse sentido, sustentava que “só a República teria a força e o prestígio indispensáveis para essa tarefa ingente” e que “só os seus servidores abnegados poderiam, em tão curto lapso de tempo, derruir os preconceitos que impediam-na de criar raízes no coração do povo”.

Em conclusão, o diário congratulava-se “com a pátria pelo seu grande dia”, e, a partir de tal “intuito, seria grave injustiça deixar sem menção especialíssima o

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

nome do rio-grandense que, identificado desde verdes anos com a ideia republicana”, bateu-se “por ela, até vê-la triunfante”. A referência era ao próprio líder político rio-grandense que inaugurara o regime vigente, Júlio de Castilhos, identificado como “o precursor da grande vitória alcançada, há dez anos, entre hinos delirantes de alegria e de prazer”. A partir de tal asserção, a folha explicitava seu encaminhamento editorial, ao dizer que, “nesse grande patriota e seu egrégio sucessor na curul presidencial do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, *A Federação* saúda os próceres e os apóstolos da República”.

Na mesma edição⁶⁴ foi apresentado ainda o artigo intitulado “Grande data”, o qual fazia uma inversão na perspectiva da criação histórica, normalmente orientada pelos vencedores, pois, ao referir-se àqueles que foram derrotados com a afirmação do regime castilhista, defendia que “os vencidos desfiguram a história, desvirtuam os fatos ao sabor de seus desejos e esperanças”, buscando destacar exemplos que corroborariam com tal tese. Com base em tal constatação passava o escrito à defesa da mudança na forma de governo brasileira, enfatizando que, “batida por uma propaganda, a cuja frente destacavam-se homens eminentes, a monarquia capitulou diante do país ansioso de viver e de progredir”. Desse modo, considerava que “a República veio de uma necessidade social e por isso vive e sustenta-se através de todas as dificuldades”, pois “era uma aspiração que vinha do fundo dos tempos”, bem como teria sido “uma grande conquista que para sempre enobrecerá os que a levaram a cabo”. Condenava

⁶⁴ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 14 nov. 1899.

a ação dos adversários daquela “heroica jornada”, constatando que “chorar o passado é próprio dos vencidos”.

Em tom propagandístico, o periódico afirmava que, “quaisquer que sejam as dificuldades de ordem financeira que embarcem o caminho da República”, não seria possível “esquecer as conquistas obtidas em tão pouco tempo e que encham de glória o curto período do novo regime político”. Defendia que “ideias e melhoramentos em vão reclamados por gerações sucessivas de políticos foram realizados de pronto pelo regime republicano”, ainda que, “em um período de lutas efervescentes, como as que de ordinário acompanham as profundas mutações políticas”. Em relação àqueles que discordavam de tais avanços, a folha denominava-os de “espíritos grosseiros”, incapacitados para observar “os fatos morais” advindos do modelo republicano.

A partir de tais constatações, o artigo sustentava que “a República tem sempre o caráter de um grande passo para a frente”, pois ela teria surgido “como a instituição capaz de presidir o progresso”, em “harmonia com o tríplice aspecto da natureza: ativo, intelectual e afetivo”. O escrito previa que “dias de glória surgirão quando a virtude, o intenso civismo e são patriotismo republicanos adquirirem em todo o país um ascendente irrecusável”. Diante disso, arrematava que por tais motivos “as almas que creem no futuro grandioso da República” e “os que se batem cheios de nobres esperanças para que ela seja em todo o Brasil uma realidade como é no Rio Grande do Sul”, teriam “palavras de ardentes saudações para o aniversário do grande evento”.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Passada mais uma década, já na virada para o século seguinte, em 1909⁶⁵, *A Federação* publicou o artigo “15 de Novembro”, voltado a destacar o papel do líder do republicanismo gaúcho na implantação da nova forma de governo. Nessa linha, enfatizava que, “na augusta majestade do merecimento, cabe a Júlio de Castilhos o principal advento da proclamação da República”, acontecimento registrado na “história brasileira, nas vozes da tradição e nas suas páginas severas e imparciais”. Castilhos era ainda considerado como “o máximo batalhador da ideia nova, com a superioridade do seu talento” em um quadro pelo qual, se “Benjamin Constant, o glorioso estadista nimbado de fulgores”, consolidara “o libérrimo feito, Júlio de Castilhos ampliou-o, lapidou-o cristalino, límpido e brilhante”. A constituição instituída pelo castilhismo era qualificada como um “farol de liberdade, através das gerações e do tempo”, vindo a constituir “o panteão da República”, no qual “refulge aureolado o vulto majestoso de Castilhos”, refletindo “uma época que é o apanágio de glórias do Brasil livre”.

Com o transcorrer de um outro decênio, na edição de 1919⁶⁶, o diário porto-alegrense publicou o editorial denominado “A República”. Segundo a matéria, “a festa da República é a comemoração da integração política” dos brasileiros “nos destinos da nacionalidade”, uma vez que ela “nada mais foi do que a realização de uma fatalidade histórica, retardada por incidentes circunstanciais de causa e época”. Para o periódico, a instauração da forma republicana no Brasil

⁶⁵ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 13 nov. 1909.

⁶⁶ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 15 nov. 1919.

deveria ter coincidido com a própria independência, o que não ocorrera por conta de um daqueles “incidentes”.

A partir de tal asserção, a folha enfatizava que, por tal motivo, “os propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul consideraram sempre o ideal da República” como “uma realidade inconsumpta por intervenção de fatores arbitrários à nossa vontade de povo”. Apontava assim que “a República estava virtualmente feita, muito antes que o trono bragantino ruísse por terra”, enfatizando que “a tradição heroica” vinha “da Inconfidência Mineira, da Confederação do Equador, da epopeia dos Farrapos”, as quais teriam valido “por um depoimento de alma coletiva”. Eram citados “Benjamin Constant, Silva Jardim, Quintino, Ottoni” e “a plêiade inconfundível dos propagandistas rio-grandenses, cuja fulgurante história ainda não foi escrita” e que, antecipadamente, “observavam, adivinhavam, sentiam que a hora da liberdade e da República estava próxima”.

Na concepção do editorial, mesmo “antes de chegar a Porto Alegre a grande nova” do 15 de novembro de 1889, “o maravilhoso engenho de Castilhos” já “deixava gravada” nas colunas da *Federação* “a extinção irremediável do governo pessoal do velho rei”. A publicação governista não esquecia de atacar seus inimigos, mesmo aqueles já falecidos, ao expressar que “de nada valeram à dinastia decrépita as perseguições odiosas a que se entregava aqui o último pró-cônsul da Monarquia, Silveira Martins”, o qual “chegou a considerar crime punível de prisão o fato de alguém levantar vivas à República”. Nesse sentido, dizia que “o reacionarismo sem horizontes do chefe liberal, novamente voltado às graças do trono”, só teria

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

conseguido “o mérito de exaltar ainda mais o ânimo do povo rio-grandense contra o anacronismo político do Império”, sob o qual estaria “perecendo, a passos rápidos, a unidade da pátria”.

Na concepção do diário porto-alegrense, as críticas de Júlio de Castilhos ao último gabinete imperial, por meio de “palavras divinatórias”, teriam constituído “a causa imediata da queda do trono”. Não levando em conta a falta de participação popular na implantação da República, o jornal apontava que fora “o povo que ratificava a sua destinação política, imprimindo no século da síntese um novo cunho de unidade à pátria”, a qual se “revelou de modo incontrastável, numa afirmação veemente de que não eram núcleos isolados”, e sim “a integridade da comunhão nacional, que preparara o advento da República”. A partir de tal premissa, a folha constatava que essa suposta aceitação fizera com que “a implantação do novo regime” não trouxesse “consigo as temerosas consequências que acompanham sempre esses grandes sobressaltos sociais”.

Buscando valorizar a ação dos castilhistas e desmerecer a dos oposicionistas, *A Federação* apontava que, desde a proclamação, “para os republicanos rio-grandenses começou uma era de sacrifícios”, os quais teriam passado a constituir “o testemunho da sua abnegação e da transmutação dos seus valores pessoais nos valores morais da comunidade”. Por outro lado, censurava “os reacionários a mando de Silveira Martins, confusos perante o juízo da nação depois da queda fragorosa do trono”, os quais “não pouparam ardis com que calculavam abalar a construção política do Estado que se começava a plasmar”. Diante disso, exaltava que

“a tudo foi sobranceiro o esforço cívico dos republicanos intemeratos”, de modo que o Rio Grande do Sul passara a olhar “com orgulho para a obra realizada e, com serena confiança, para o magnífico futuro que lhe está reservado”.

A publicação sul-rio-grandense enfatizava ainda que, no Estado, “a mesma austeridade, a mesma firmeza de convicções e a mesma abnegação pessoal”, as quais “formaram a característica essencial dos propagandistas republicanos”, teriam continuado “a nortear a gestão da coisa comum e a imprimir o rumo à atividade dos seus negócios”. Na opinião do diário, “os princípios que inspiram a ação dos homens públicos” gaúchos, permaneciam sendo “os mesmos que abateram a Monarquia”. Considerava que, a partir de tais princípios, “a obra dos estadistas tem conseguido o nítido relevo que a assinala na federação”; e, com base neles, dera-se a resistência “ao tufão da anarquia soprado pelo furor dos reacionários vencidos”; e ainda com os mesmos ideais seria atingido “o pleno esplendor republicano que se vai acentuando, cada vez mais, de dia para dia”. Em conclusão, o jornal demarcava que, “na gleba rio-grandense, a República foi, de fato, a integração política dos destinos de um povo”.

Com o transcorrer de mais um decênio, na edição da *Federação* alusiva à data republicana, em 1929⁶⁷, a maior preocupação do periódico era com a campanha da Aliança Liberal, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, contra a candidatura oficial, lançada pelo governo. Nessa linha, ao se referir ao “Momento político”, o jornal exclamava que aquele não seria um momento “para

⁶⁷ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 16 nov. 1929.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

vacilações”, de modo que qualquer um que viesse a “invocar sentimentos de patriotismo”, não poderia “ficar inerte ou indiferente à luta que vai travada”. Apontava que “a nação atravessa uma grave e grane hora histórica”, uma vez que, “das consequências da campanha” eleitoral viria a depender “a sorte do país” e “o novo rumo traçado à democracia brasileira”. Considerava que naquela “passagem do aniversário da República, mais urgente” aparecia “a necessidade de tornar vitoriosos os homens que com a Aliança Liberal”, pois os mesmos viriam a “implantar no país a prática do republicanismo por que todos aspiram”.

Assim, nas comemorações dos dez, vinte, trinta e quarenta anos de passagem do 15 de Novembro, *A Federação*, demonstrou a continuidade de seu papel como órgão de defesa dos interesses governistas no Rio Grande do Sul. O longo período em que o modelo castilhista permaneceu no poder, primeiramente com o próprio Júlio de Castilhos à testa do governo, e depois, com a continuidade de sua “obra”, levada a efeito pelo seu herdeiro político Borges de Medeiros, em suas tantas e tantas reeleições, vindo a constituir, no âmbito brasileiro, uma das experiências de maior perenidade à frente de uma máquina administrativa estatal, pode contar com o jornal porto-alegrense para constituir verdadeira voz governamental. As comemorações do 15 de Novembro serviram a contento para a exaltação cívica e patriótica do republicanismo brasileiro e, fundamentalmente do sul-rio-grandense, na busca de estabelecer inclusive um protagonismo para a figura de Castilhos na implantação da nova forma de governo na esfera nacional, quando tal preponderância foi bem mais vinculada ao âmbito estadual.

Mantendo aceso o confronto discursivo que orientou a vida político-partidária gaúcha à época da República Velha, o diário permaneceu defendendo ardorosamente o castilhismo e deslegitimando as ações e pensamentos dos opositores. Já em 1929, tal construção discursiva não se alterava em sua estrutura, mas passava por uma remodelação, em prol da sustentação à Aliança Liberal, com a candidatura de Getúlio Vargas, sucessor no governo gaúcho e que bebera na fonte castilhistaborgista, mas passara a apresentar uma versão mais modernizada para a mesma. A campanha aliancista não venceu, mas os sul-riograndenses chegariam ao poder com a Revolução de 1930, iniciando-se um período de crescente centralização administrativa e concentração de poderes, que culminaria com a deflagração do Estado Novo, modelo ditatorial que constituiu o ápice de tal processo, levando, inclusive, à eliminação dos partidos políticos e, nesse bojo, da própria *Federação*, que não chegou a conseguir promover as comemorações do cinquentenário da República, vindo a desaparecer dois anos antes.

Meio século de República e o jornalismo rio-grandino: o caso do jornal *Rio Grande*

No contexto provincial/estadual, a cidade do Rio Grande teve um jornalismo bastante desenvolvido ao longo do século XIX e nas primeiras décadas da centúria seguinte. Nesse quadro, surgiu, a 1º de dezembro de 1913, o *Rio Grande*, que viria a constituir uma das mais longevas folhas rio-grandinas. Em seus primeiros tempos, o periódico definia-se como publicação partidária, anunciando-se inclusive, em seu frontispício, como “órgão do Partido Republicano”. Ao noticiar seu primeiro aniversário, o *Rio Grande* considerava-se como filho do esforço comum e da nobre solidariedade de sentimentos de um grupo de dignos correligionários, uma vez que o Partido Republicano reclamava um órgão que “superiormente” simbolizasse o “elevado e o generoso” de suas idéias, consistindo-se no seu verbo e na sua flâmula na cotidiana combatividade cívica. Diante do “momentoso anelo da coletividade” teria surgido o *Rio Grande* para promover uma labuta “honesta e fecunda” da doutrinação e defesa dos princípios que tinham bussolado o pensamento e a ação da hoste castilhista, a qual, através de largos e acidentados anos de perene combater, “nada querendo em prol seu”, tudo teria dado à República e à “terra bem amada”, em cujo seio teve o primeiro repouso, ao cerrar

os olhos para o último sono o “Eleito” que o amor e a gratidão dos coevos chamara de Patriarca⁶⁸.

Ainda que proclamasse a si mesmo como órgão partidário, o *Rio Grande* buscava garantir que não seria o rubro guião que falava de paixões a raiarem pelo ódio, o que a folha desdobrara ao afirmar a sua existência, já que a sua bandeira seria branca, pois estaria a expressar o “edificante ideal” de ordem e progresso, que seria a síntese da melhor aspiração humana e fundamento de toda a sociedade avançada. Explicava ainda que o *Rio Grande* aparecera precisamente no momento em que uma vida nova se abria na terra gaúcha, alentando-a numa gratíssima esperança que se fizera “gloriosa realidade”. Para o jornal, a vitória do modelo castilhistaborgista era um fator indelével, argumentando que, apreciada a vida rio-grandense sob os seus vários aspectos sociais, de pronto, se poderia perceber que varrida estava de todos os espíritos a “estéril e tumultuada” preocupação do “obtusos oposicionismo”, num quadro onde estariam a vibrar todas as energias do “belo e honrado empenho do trabalho”, e no qual se desdobravam todas as atividades, florescendo e frutificando no “saudável ambiente” da paz, estimulando-se as boas iniciativas na estabilidade da ordem das coisas⁶⁹.

O periódico argumentava assim que refletia o pensamento de uma época, constituindo um esforço “todo construtor”, ao batalhar por seus princípios políticos e pelejando pelos interesses gerais, pretendia inspirar-se devotadamente no direito, na verdade e na

⁶⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1914.

⁶⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1914.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

razão, fazendo da sinceridade a sua égide, sendo respeitoso, leal e tolerante e exigindo do antagonista a permuta do respeito, da lealdade e da tolerância. Intentando ratificar uma postura séria, o jornal confirmava ser órgão do Partido Republicano do município, de modo que estava política e administrativamente confiado a energias orientadas e a dedicações modelares no serviço do público interesse, pois a sua palavra jamais refletiria o rancor, em qualquer de suas mesquinhas expansões. Não levando em conta os resquícios advindos da guerra civil que se deflagrara no Rio Grande do Sul ao final do século XIX, o periódico afirmava que, confraternizada como estava a família rio-grandense, não se justificariam ásperas campanhas que provocariam sempre deploráveis incompatibilidades, golpeando o “alto e formoso” sentimento da solidariedade afetiva que deveria andar sempre no coração do povo que tinha as mesmas afinidades étnicas e históricas e, para o seu culto e amor, a mesma pátria. Declarava também que as convicções políticas poderiam e deveriam, rigorosamente, traçar as raias da ação cívica do indivíduo, mas iriam à mais detestável das intolerâncias se chegassem a romper o conagraamento social⁷⁰.

O *Rio Grande* proclamava que permaneceria irredutível em suas ideias, que “lesto e ardente”, teria sempre o ânimo para pregá-las e defendê-las, acatando alheios princípios, quaisquer que fossem eles e pregando honestamente as suas “crenças elevadas”, com as quais fazia “obra patriótica”, uma vez que as mesmas estariam felicitando o Rio Grande do Sul, na comprovação irrefragável de que constituíam legítima aplicação de

⁷⁰ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1914.

“moderna ciência política”. Propunha-se também a respeitar o adversário político no apego aos seus ideais, já que saberia ser digno do Partido Republicano, o qual poria no destaque máximo do seu altar a liberdade de pensamento, como a consagração de um direito que o homem não poderia ser despojado. Declarava o diário rio-grandino que permanecia firme no objetivo a que obedecera a sua criação, agradecendo ao Partido Republicano e à sociedade rio-grandense que vinha lhe prestigiando com cordial carinho e cativante apoio, garantindo que manteria seus “melhores anelos” de servir proveitosamente à sua causa e à sua terra, ambas merecedoras de todos os seus devotamentos⁷¹.

Ao completar sua primeira década, o *Rio Grande* mantinha suas filiações partidárias, afirmando que o primeiro decênio estava vencido, na “árdua jornada” que fora traçada e que, ao olhar para o passado e rever o já longo caminho percorrido, sentia-se satisfeito, pois tinha a certeza que o havia palmilhado com firmeza e lealdade, sem desvios, sem recuos, sem “faltar jamais” aos sagrados compromissos assumidos para com a sociedade, com os correligionários e à sua própria consciência. Lembrava que os “ilustres rio-grandenses”, diretores do Partido Republicano no município, a 1º de dezembro de 1913, apresentaram a folha ao público, pondo em suas mãos, “desfraldada, altiva e gloriosa”, a “pura e alva bandeira” que tremulava em todas as zonas da natalícia terra gaúcha, como pendão imaculado de paz, harmonia e liberdade. Para o jornal, esta flâmula era representada pela “luminosa” Carta de 14 de Julho, a qual teria sido produzida pela “vidência superior” de Júlio de Castilhos

⁷¹ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1914.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

e, zelosamente mantida pelo seu egrégio sucessor, Borges de Medeiros. Explicava que aqueles “dignos compatriotas” haviam destinado ao periódico uma missão duplamente difícil, pois, empresa severa já seria avançar pela estrada do jornalismo, uma vez que, se ela edificava e enobrecia aqueles que a viam e que a buscavam através de sentimentos puros e pensamentos altos, não deixava, por isto, de se apresentar cheia de urzes e socalcos, num quadro em que este avanço seria mais árduo e demandaria maiores esforços, quando se tinha de fazê-lo sustentando, “elevada e serena”, a bandeira de um partido político, ainda mais quando esta agremiação era o Partido Republicano Rio-Grandense, em vista das grandes responsabilidades históricas que sobre ele pesavam na vida do Rio Grande do Sul e do Brasil.⁷²

O jornal considerava que, apesar de órgão partidário, representava os interesses do conjunto da comunidade, desconsiderando os questionamentos que vinham sofrendo as forças governistas que se propunha a representar. Comentava que os dez anos que completava testemunhavam a desobriga da tão honrosa quão delicada missão que estaria a cumprir, dizendo-lhe a consciência que o fizera sem vacilações e tergiversações, pois teria sabido servir e honrar sua bandeira, através de seu “sincero e honesto” esforço, dedicando a ela suas melhores energias, o amor patriótico e a fé cívica. Destacava que a confiança que merecera de seus correligionários políticos e as provas dia a dia renovadas do apreço com que lhe honrara a sociedade rio-grandense em geral, lhe davam a convicção de que, correspondendo às aspirações do seu partido, o vinha fazendo sem

⁷² RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1923.

abandonar os interesses gerais. Para a folha, representar os intentos do castilhismo-borgismo estaria a equivaler aos objetivos da população em geral, declarando que os princípios da pujante e invencível agremiação partidária de que era órgão, consultavam perfeitamente os interesses gerais do Rio Grande do Sul e da República, de modo que visava pôr na defesa destes princípios todo o seu sentido e entusiasmo e todo o seu sincero ardor, fazendo-o na absoluta convicção de que estava pugnando pela grandeza e felicidade da terra brasileira e gaúcha⁷³.

No início dos anos trinta, quando completava sua circulação ao longo de duas décadas, o *Rio Grande* refletia os novos tempos da política nacional e regional, marcados pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, de modo que passava a estampar em seu frontispício o dístico “órgão do Partido Republicano Liberal”, agremiação que representava o situacionismo no quadro estadual de então. Garantia que manteria a mesma fé cívica, o mesmo ardor patriótico, o mesmo sincero e honesto, ardente e desinteressado desejo de bem servir à coletividade, de quem e para quem, argumentava viver. Chamava atenção para a árdua e longa jornada que desenvolvera, contando com a confiança e o apreço públicos. Propunha um olhar retrospectivo sobre o caminho que trilhara, qualificado como reto e amplo, claro, sem curvas ou desvios, sem despenhadeiros ou escarpas. Explicava que, nesta marcha diuturna, ininterrupta e dramática, como o era a carreira jornalística, tinha, vezes muitas, sangrado no socorro das incompreensões ou das indiferenças, nas urzes da displicência ou nos espinhos da maldade dos homens, já

⁷³ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1923.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

que, desgraçadamente, mesmo nos melhores caminhos da vida, haveria sempre uma pedra traiçoeira que se soltava, uma erva daninha que vingava ou um acúleo venenoso que apontava. Destacava que, para cada ferida, lhe sobrara o bálsamo da tranquila consciência, do estrito cumprimento do dever e o consolo do aplauso e do apoio dos justos e dos bons, retemperando na fé renovada de cada dia as energias consumidas, trocando as decepções de ontem pelas esperanças do presente, seguindo para a frente, com ânimo forte e alma serena, na defesa dos ideais partidários da marcada maioria e dos interesses sociais da totalidade da terra gaúcha⁷⁴.

O jornal reproduzia o conturbado contexto político de então e destacava que – mesmo na hora agitada, incerta e inquietante em que a natural evolução política do Rio Grande do Sul, dentro dos destinos históricos do Brasil –, como órgão partidário, nesta encruzilhada decisiva, não fugiria aos imperativos de sua missão. Pretendia continuar acompanhando aquela mesma assinala da maioria da terra rio-grandense, no serviço contínuo e esforçado dos seus ideais partidários e das suas aspirações políticas, para bem servir aos seus interesses gerais, sociais e econômicos. Permaneceria, assim, no que considerava como suas “verdadeiras tendências republicanas”, de acordo com os “velhos moldes” do “republicanismo conservador”, até que seus correligionários, não por manifestações pessoais, parciais, embora numerosas e valiosas, mas pela sua pluralidade, em ato coletivo e público, solene e

⁷⁴ RIO GRANDE. Rio Grande, 30 nov. 1933.

incontrastável, se integrassem na poderosa corrente liberal que empolgava o Rio Grande do Sul⁷⁵.

Refletindo o realinhamento político-partidário nacional e estadual, o jornal afirmava que era uma criação material e moral dos republicanos do Rio Grande, na “hora gloriosa” em que estes, na cidade e na campanha, faziam a prova de que não abandonavam a rota em que os colocara a vitoriosa Revolução Nacional de 1930, mantendo dentro de suas conquistas o Rio Grande do Sul, para manter redimido e unido o Brasil. De acordo com esta perspectiva, argumentava a folha que não poderia – sob pena de abrir a luta mesquinha, inglória e ingrata da criação contra o criador – deixar de se fazer o órgão liberal, para continuar a ser o reflexo cívico, o eco patriótico desta terra “boa e generosa”, no pensamento e no coração da sua gente, “leal e cavalheiresca”. Reiterava que o *Rio Grande* concretizava naquela data, como no passado, as aspirações coletivas do Rio Grande, dentro dos ideais partidários da maioria política da terra, de cujo nome fizera insígnia de vida e bandeira de combate, havendo de procurar, acima de tudo, honrar o nome que levava, servindo à terra que lhe dera o mesmo⁷⁶.

Ao completar seu trigésimo aniversário, o *Rio Grande* deixara de ostentar o dístico de órgão partidário, de acordo com o espírito político predominante à época da ditadura estado-novista. Nesta data, declarava-se satisfeito consigo mesmo, tendo em vista a sensação do dever cumprido, afirmando que os anos até ali vividos o haviam sido intensamente, com calor, entusiasmo, ânimo

⁷⁵ RIO GRANDE. Rio Grande, 30 nov. 1933.

⁷⁶ RIO GRANDE. Rio Grande, 30 nov. 1933.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

e com as forças renovadoras do ideal de uma missão social superior. Destacava que as três décadas passadas teceram-se das melhores atividades e energias, bem como da idealidade mais forte e bela de muitas vidas, algumas que se foram, outras que continuavam. Explicava que aquela fora uma caminhada de um sacrifício silencioso, de muita renúncia ignorada, dia a dia renovada, entretanto, ao fogo do ideal de ser útil, de construir, de educar, bem servindo às conquistas nobilitantes do coração e do espírito e às realizações edificantes do trabalho e da justiça⁷⁷.

Na edição alusiva ao cinquentenário da República⁷⁸, o *Rio Grande* comemorava o “meio século de existência fecunda e gloriosa” da forma de governo republicana, a qual estaria “fortalecida e dignificada na vigorosa estrutura democrática do Estado Novo”. Mantendo o tom sustentado pelo regime, o jornal anunciava os festejos advindos de “justa ufania patriótica” e “fundado orgulho cívico”. Intentando alicerçar seu editorial no devir histórico, a publicação rio-grandina dizia que “corolário dos sentimentos democráticos em que se plasmou a alma brasileira” e “conformada à ambiência física e às circunstâncias morais da sua secular formação”, no Brasil, “as tendências republicanas estavam latentes no senso do povo, tendo mesmo, várias vezes, explodido ainda na vigência do regime colonial”, por meio de “positivos

⁷⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º dez. 1943. Histórico do periódico elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Biblioteca Rio-Grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura*. Rio Grande: FURG, 2005. p. 83-89.

⁷⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 14 nov. 1939.

movimentos de rebelião, como os de Pernambuco e o de Minas Gerais, facilmente sufocados por precipitados e isolados”.

Segundo o periódico, “depois da independência nacional”, contribuía “para ainda mais consolidar aquela natural inclinação pelo governo republicano no consenso gral da nação, a fórmula democrática” que marcara o Império, com suas “características larga e francamente liberais”, em meio ao qual teriam “os sentimentos republicanos uma robusta manifestação no Rio Grande do Sul”, por meio “da Revolução Farroupilha, que culminou na proclamação da República de Piratini”. A esse respeito, afirmava ainda que se cristalizara, “mais tarde, a ideia da República, na cultura humanística e na sensibilidade cívica de muitas individualidades de relevo” do “cenário político” brasileiro, vindo a constituir-se “o ideal generalizado da mocidade brasileira”, a qual se consagrara, “com fé grande e ardente, com abnegação e intrepidez, à predicação das virtudes do regime”, bem como “a necessidade urgente da sua adoção” no país, “antes que, com o evento do Terceiro Reinado”, o Brasil ficasse “sob a influência decisiva, através do príncipe consorte, de uma dinastia estrangeira.

Na concepção do diário rio-grandino, em tal contexto deu-se “o período áureo da propaganda”, na qual “avultaram Benjamin Constant, Silva Jardim, Quintino Bocaiuva, Júlio de Castilhos, Francisco Glicério, Aristides Lobo, Bernardino de Campos, Assis Brasil” e tantos outros. Desse modo, teria sido feita “a propaganda”, considerada como “o fogo sagrado, alimentado pelo mais puro e profundo sentimento de brasileirismo, a cujo calor amadureceu na consciência

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

nacional a ideia da República". Citava então o episódio de 15 de Novembro, o qual, "sem quaisquer abalos, sem quaisquer reações, derrubou o trono Bragantino do Brasil e instituiu a República". Justificava como "inevitáveis nas grandes transformações sociais e políticas", as "agitações políticas", que "sobreviveram, mas não foram absolutamente contra a implantação do novo regime".

Convicto, o jornal declarava que, "a República no Brasil foi proclamada no momento justo e oportuno", ainda mais que estaria a corresponder "às tendências éticas do povo brasileiro, ao desenvolvimento histórico e mesmo às necessidades econômicas do país", o qual teria vindo a atingir o "seu cinquentenário sem ter jamais sofrido uma tentativa de destruição por parte do povo". Sobre esse detalhe, comentava que não se poderia "considerar popular o nefando atentado de 1935, o qual, ao contrário", viera a provocar "imediate e vivaz reação do povo em geral, na defesa das instituições". Acrescentava que, "através das transformações porque passou a estrutura constitucional da nação, em 1930, 1934 e, finalmente, em 1937", surgindo "a definitiva implantação do Estado Novo, ninguém sequer admitiu a discussão" a respeito da "mudança dos fundamentos republicanos das instituições nacionais". Além disso, defendia que fora sob a República que se abrira "a era do verdadeiro progresso material e engrandecimento espiritual do Brasil".

Com base em tal perspectiva, o periódico sustentava que fora a partir da instauração republicana que começara a "elevação acentuada de todos os índices da grandeza material da nação, desenvolvendo as existentes e criando novas conquistas políticas e

econômicas”. A respeito dos tempos coetâneos, o jornal enfatizava que, “com o estabelecimento do Estado Novo”, as “conquistas” nacionais teriam atingido “a sua culminância, em eficiência, brilho, proveito e glória para a pátria brasileira”. Nessa linha, o regime estado-novista teria sido “o coroamento necessário e útil da República”, vindo a representar “a melhor consagração do seu cinquentenário”.

A iconografia viria a complementar a matéria publicada pelo *Rio Grande*, com a apresentação de várias efígies de políticos brasileiros. A primeira delas era a do “fundador”, Deodoro da Fonseca, presença garantida nas comemorações do meio século de vitória republicana. O outro “fundador”, dessa vez do Estado Novo, era Getúlio Vargas, o qual ocupava posição central na primeira página. Também na esfera da Presidência da República, esteve Floriano Peixoto, qualificado como “o consolidador do novo regime”. O republicanismo no âmbito estadual não foi deixado de lado, tendo sido estampado o retrato de Júlio de Castilhos, apontado como “valor exponencial da propaganda e organizador do Rio Grande do Sul republicano”, presença que ficava amplamente em consonância com a publicação, uma vez que sua gênese e significativa parte de sua circulação fora dedicada a defender e divulgar as causas castilhistas. O interventor federal que administrava o Estado foi outro a ser enfatizado, sob a consideração de que se tratava da “mais alta expressão da nova mentalidade política do Brasil no Rio Grande do Sul”.

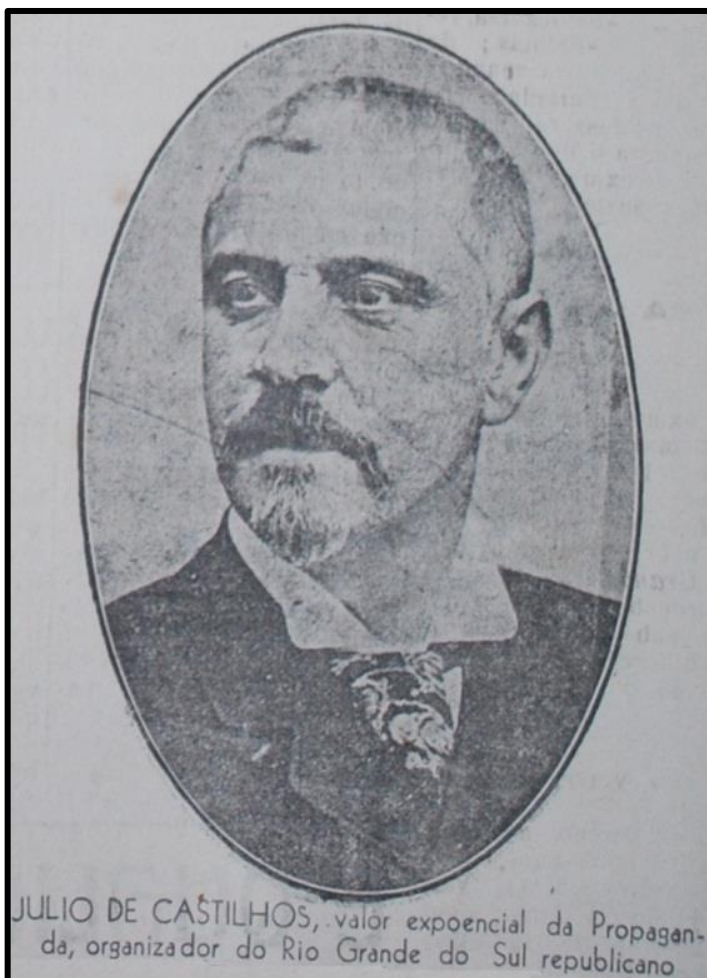
ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE





ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE



CORONEL OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS, a mais
alta expressão da nova mentalidade política do
Brasil no Rio Grande do Sul.

Mantendo o tom ufanista e patriótico, o periódico divulgava que “o feriado nacional que assinala a data da proclamação da República Brasileira” teria na cidade do Rio Grande, “além das comemorações oficiais de estilo, vários atos de homenagem cívica”. Tais festividades envolviam baile, desfiles, exposição filatélica, exposição de pintura e sessão cívica. Na edição seguinte⁷⁹, o *Rio Grande* descrevia que “correram animados e brilhantes os atos cívicos realizados em honra do cinquentenário da proclamação da República”, exaltando o interesse patriótico do público que teria mantido “uma assistência numerosa e entusiasta”.

Além disso, no mesmo número, o diário rio-grandino apontou manifestação a qual defendia que teriam sido “poucas vezes” que “uma data nacional” teria sido “comemorada com tantas e soberbas festividades”, como aquela “comemorativa de mais um aniversário da proclamação da República”. Eram considerados “vários fatores” que concorreram “para o brilho dos festejos em todo o país”. Um deles era o de tratar-se “do cinquentenário da implantação do regime republicano, que é de equilíbrio, de justiça e de progresso, o único capaz de fazer a felicidade de um povo”. Também aparecia o “desenvolvimento da cultura cívica dos brasileiros que, cultuando um passado que enobrece e dignifica”, procurava “colocar nossa grande pátria no lugar merecido no concerto das nações”. Além desses era apontada “a nova orientação política do país”, exaltada como “das mais salutares e sábias desenvolvendo a educação, promovendo o progresso da pátria”, de modo que ele fosse “respeitada e acatada

⁷⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 16 nov. 1939.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

pelo seu valor, pela sua tradição, pela sua história, pela grandeza e riqueza de seu território”.

De acordo com tal asserção, “a República foi o sonho de muitos patriotas, de muitos heróis e mártires que muito se bateram, lutaram e até se imolaram” para a “implantação do regime que em 1889 foi uma esplêndida realidade”, a qual continuaria “a orientar o Brasil para a felicidade de seus filhos, prestígio do continente e grandeza do mundo”. Tecia ainda a consideração de que “às gloriosas classes armadas do país, que sempre foram o elo da unidade e da grandeza da pátria”, coubera “o papel histórico de implantar o regime republicano, tendo à frente a figura simpática do marechal Deodoro da Fonseca”, apontado como “valeroso soldado” e “herói da Guerra do Paraguai, que pelo seu valor, patriotismo e dedicação soube conquistar a admiração de seu povo”, vindo a ter o “seu nome gravado em caracteres inapagáveis nas páginas brilhantes de nossa história”.

Ainda quanto à efeméride, era enfatizado que naquele “dia de intenso júbilo cívico”, seria “justo que, com grande entusiasmo”, fossem lembrados “os nomes dessa Grande Campanha, que restituiu para o nosso povo o direito inalienável de governar-se por si mesmo”, tais como Rui Barbosa, Silva Jardim, Lopes Trovão, José do Patrocínio, Júlio de Castilhos, “o arquiteto do Rio Grande republicano, de cuja pena, pelas colunas imortais da *Federação*, serviu para aniquilar o prestígio do Império na Província”, vindo a concorrer “para seu esfacelamento no país”. Também foi exaltado que o acontecimento de 15 de Novembro deveria ser lembrado “com o mais acendrado júbilo cívico”, pois o mesmo estaria a afirmar “o valor, a grandeza e o passado” dos brasileiros. Cheio de ufanismo patriótico, o

texto demarcava que o Brasil tornara-se “uma das mais fortes potências do mundo”, exortando as “grandezas pátrias”, de modo que, naquela data, todos deveriam permanecer “confiantes no ideal sagrado da pátria, fortes, serenos e disciplinados”, vindo a contribuir “com sua parcela de esforços para a segurança, progresso e honra do Brasil”.

Assim o *Rio Grande* seguiu plenamente as orientações do regime estado-novista no que tange a transformar o passado em uma lição histórica para o presente, ou seja, o cidadão deveria observar o 15 de Novembro de 1889, como uma data cívica e nacional, cujos atores sociais seriam vislumbrados como “heróis” e “exemplos” para as vivências coetâneas. O periódico não renegava seu passado recente, pois, desde a origem, atuara como órgão do castilhismo, opção suspensa, ainda mais depois do Estado Novo, que eliminou as ações dos partidos políticos, mas os tempos pretéritos não foram esquecidos, tanto que o jornal não poupou esforços para alocar Júlio de Castilhos no rol dos denominados “heróis nacionais”. Dessa maneira, o cinquentenário da República serviu muito a contento para a continuidade do projeto cívico estado-novista e o *Rio Grande* esteve ao lado da execução desse plano.

O centenário da República na perspectiva de um jornal da capital gaúcha

Na segunda metade do século XX, a imprensa em moldes empresariais e a concentração das atividades jornalísticas, mormente nas maiores cidades do país, já constituíam processos plenamente firmados. Tal fenômeno também ocorreu no Rio Grande do Sul, com a consolidação de alguns periódicos na capital do Estado, os quais já atingiam boa parte das comunidades rio-grandenses-do-sul. Em meados da década de 1960 surgiria um periódico que, progressivamente viria a ganhar terreno e a transformar-se no protótipo do jornal organizado nos padrões predominantes.

Zero Hora começou a circular em Porto Alegre, a partir de maio de 1964. Buscando manifestar uma identidade com a comunidade onde estava inserido e de acordo com as propaladas propostas de independência e neutralidade, típicas dessa época, ao menos no campo das intenções, mas de prática efetiva muito duvidosa, o periódico prometia ser autenticamente gaúcho, democrático e sem vínculo ou compromissos políticos, nascendo com um único objetivo – servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades. Apostando em inovações tecnológicas e editoriais, o jornal logo expandiria sua tiragem e, em 1968, atingiria 110 municípios. Em 1970, passaria a integrar a Rede Brasil

Sul de Comunicações (RBS) e dois anos mais tarde, substituiu a linotipia pela fotocomposição eletrônica e adquiria novos equipamentos. Pouco depois, em 1975, sua abrangência já alcançava 232 municípios e, em 1978, era introduzida a modernização da impressão offset na confecção da folha e, uma década depois, inaugurava sua nova redação informatizada⁸⁰. Assim em pouco tempo, a publicação deixaria de ser porto-alegrense para se tornar de circulação estadual, vindo a representar a contento o moderno jornalismo empresarial no contexto regional.

Nessa linha, a passagem do jornalismo gaúcho à fase industrial-cultural coincide com o surgimento dos grandes conglomerados de comunicação, resultantes da fusão entre empresas jornalísticas e emissoras de rádio e televisão, cuja vanguarda coube e vem sendo mantida pela RBS. Esse grupo desenvolveu novos métodos de gestão empresarial em seus veículos, baseando seus negócios na renovação metodológica de suas instalações e na qualificação mercadológica de seus respectivos produtos, ao passo que seus concorrentes permaneceram aferrados aos padrões empresariais ultrapassados, ignorando as transformações econômicas, sociais e culturais em curso no contexto da reestruturação monopolística do capitalismo. A vitória do projeto gráfico, editorial e mercadológico de *Zero Hora* sobre a concorrência acabaria sendo avassaladora. Além dessas renovações, a rápida ascensão do jornal também ocorreria pelo modo como sua estratégia mercadológica e editorial se articulava com a principal mídia do grupo

⁸⁰ ZERO HORA. Porto Alegre, 4 maio 1994 (edição especial alusiva aos 30 anos).

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

- a televisão -, além do crescimento nas atividades radiofônicas, a expansão da própria mídia impressa que se alargaria para outras cidades do interior gaúcho e para a região sul-brasileira e, mais recentemente a ampla utilização da Internet. Dessa forma, o chamado grande público tornou-se cativo dos meios jornalísticos praticados pela RBS⁸¹, que passou a ser hegemônica em termos de mídia ao sul do Brasil.

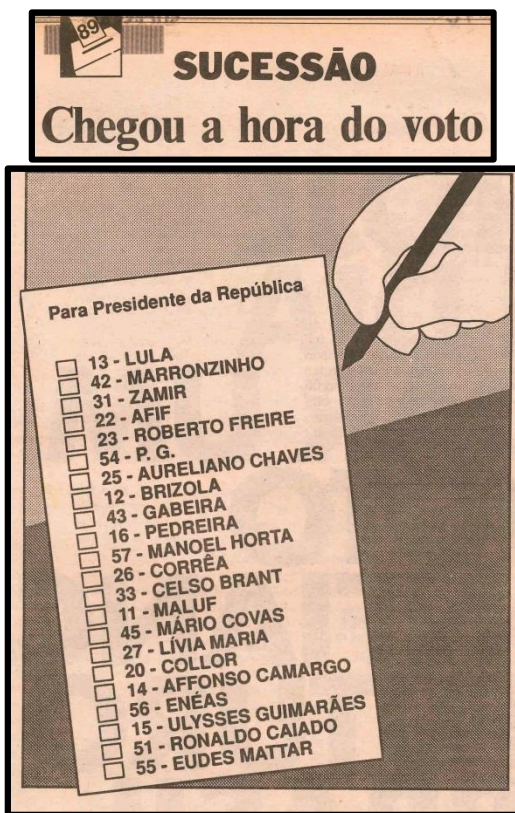
A magnitude da abrangência de *Zero Hora* passou a determinar-lhe significativo papel na formação da opinião pública rio-grandense⁸², intentando exercer significativa influência junto de seus leitores em variados contextos, como o político-ideológico, o socioeconômico e o cultural. Tal interação/influenciação junto do público leitor ficou evidenciada em vários processos históricos, como foi o da redemocratização brasileira, cuja uma das culminâncias ocorreria com primeira eleição direta para Presidente da República ocorrida em novembro de 1989, depois de quase três décadas sem que esse modelo eleitoral fosse realizado.

Foi exatamente nesse contexto que ocorreria o centenário da proclamação da República Brasileira, cuja divulgação coincidiu com o processo eleitoral. O jornal *Zero Hora* lançou algumas matérias especiais sobre a efeméride, chegando ao ápice na edição de 15 de

⁸¹ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 97, 107-108 e 109-115.

⁸² Breve histórico do jornal estabelecido a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: historiografia, mídia e propaganda no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2008. p. 18-19.

novembro de 1989⁸³. O número especial acabou ficando limitado a partir da ampla cobertura das eleições, que dominou as páginas da edição, descendo às minúcias quanto ao conjunto de candidatos, com ênfase para aqueles que mostravam maiores chances de chegada ao segundo turno.



⁸³ ZERO HORA. Porto Alegre, 15 nov. 1989.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

A respeito do centenário, *Zero Hora* trouxe textos de autoria de especialistas para debater o tema em pauta, como “Presidentes” e “A República da Espada”, além do próprio editorial denominado “A construção da República”, versando a respeito da data cívica e associando-a com a conjuntura eleitoral de então. Dizia o periódico:

“Coincidem neste 15 de novembro as celebrações pelo centenário da proclamação da República Brasileira e a realização de eleições diretas para Presidente, depois de um longo interregno de 29 anos em que os Presidentes foram escolhidos por sistema que deformava a vontade popular. Os dois fatos – o histórico e o institucional – crescem de significado em razão dessa coincidência.

República como governo do povo, pelo povo e para o povo, não se objetivaria através de um passe de mágica, o brado de um marechal e a despedida de um monarca. Seria ilusório imaginar que a construção da República Brasileira se completasse no 15 de novembro de 1889. Ela representa, na realidade, um processo ainda não concluído. A autenticidade dos poderes políticos e sua plena representatividade, que são as metas essenciais do sistema republicano, só poderão ser alcançadas através de um complexo aprimoramento das instituições, dos partidos, do sistema eleitoral e da instrução popular. O século que demarcou esse lento processo de aperfeiçoamento viu as mais diversas tentativas de estruturação institucional, viu períodos de euforia e de depressão, viu diástoles e sístoles do poder, viu a liberdade sucumbir sob

o tacion de regimes autoritários, viu-a ressurgir depois, acalentada pelo entusiasmo da “inteligentzia” e testemunhou uma crescente participação das massas populares na cena política.

Se o Império escravista fora um clube fechado de aristocratas, que comandavam o país a partir da Corte, a República Velha apenas descentralizou em parte o poder, consolidando oligarquias regionais que se apoiavam no coronelismo, no voto de cabresto e nas atas falsas. Embora ampliando o sufrágio e a participação das classes médias, o regime apenas manteve, por muito tempo, as formas exteriores e solenes de uma República Federativa. A Revolução de 1930, cujos resultados institucionais foram afina retardados pelo advento do Estado Novo, reduziu radicalmente a força do coronelismo e introduziu, através do voto secreto e do voto feminino, um clima favorável à verdade eleitoral. Depois das fraudulentas e convencionais eleições da República Velha, chegamos a ter alguns pleitos eleitorais magníficos, em 1945, 1950, 1955 e 1960, quando a vontade popular encontrou meios razoáveis de manifestação. O hiato representado pelos governos militares e pelo último quinquênio presidencial, quando o povo esteve privado de eleger diretamente o seu Presidente, não enriqueceu o Direito Público nem a experiência e a lucidez da cidadania. Em compensação, parece claro que emergiu do período autoritário uma não muito mais participativa, reivindicante e exigente, do que era a nação conformista dos anos sessenta.

Como consequência lógica da destruição de partidos, da aniquilação de lideranças e da

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

censura às liberdades, muitas parcelas organizadas da sociedade civil se tornaram o respiradouro dos direitos cívicos e o canal de protesto dos oprimidos e injustiçados. O sindicalismo cresceu de importância, as igrejas saíram à rua em solidariedade aos seus fiéis, as corporações profissionais e econômicas adquiriram consciência política. Por isso mesmo, pode-se dizer que o processo de construção de uma verdadeira República se incrementou nos últimos anos, a despeito das agruras enfrentadas pela liberdade. Sofrida, machucada, intranquila e insegura, começa a nascer em nosso país uma república democrática.

Os 100 anos de vida republicana são a evidência do acerto do velho brocardo de que a natureza não dá saltos. O processo de aproximação entre os poderes e o povo, e de crescente participação das massas na vida e na ação dos governos, não foi obra de nenhum apóstolo milagreiro, de nenhum salvador ou reformador. A construção da República não se fez por saltos; antes aconteceu lenta e gradualmente, entre sustos e síncope, entre alegrias e tristezas.

Por tudo isso, cresce de significado o pleito eleitoral de hoje, que muito provavelmente deverá desdobrar-se num segundo turno, para que seja alcançada a maioria absoluta exigida pela constituição. A difícil situação econômica do país mais do que nunca está reclamando a presença de um governo autenticamente republicano, cuja autoridade se ampare na confiança popular. A complexidade das medidas reclamadas para o saneamento da nação, e muito especialmente para ser debelado o processo inflacionário, exige um Presidente ungido, ao

mesmo tempo, de simpatia e de prestígio, de poder decisório e de coragem moral.

Além do mais, será indispensável que o Presidente a ser eleito possua uma consciência clara da necessidade de aprimorar a República e de consolidar definitivamente a democracia pela prática das liberdades. A sociedade quer ser livre para sonhar, para criar, para circular e para produzir. Sem muros nem algemas.


A empresa que concentrava o conglomerado ao qual pertencia *Zero Hora*, o Grupo RBS, fez um anúncio de página inteira, aproveitando o aniversário da República para desejar ao país “os melhores votos de felicidade”. Na edição foi estampada ainda uma inserção publicitária de uma empresa de aviação alusiva ao centenário. Houve ainda uma matéria especial intitulada “República: de Deodoro a Sarney”, trazendo uma brevíssima descrição sobre o devir histórico em tal período; e “Cavalos no obelisco”, abordando as transformações político-institucionais desencadeadas a partir da Revolução de 1930.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA
IMPrensa SUL-RIO-GRANDENSE

ZERO HORA
Quarta-feira, 15 de novembro de 1989/38

**NO ANIVERSÁRIO
DA REPÚBLICA
A RBS DESEJA
OS MELHORES
VOTOS DE
FELICIDADE
PARA O PAÍS.**

15 DE NOVEMBRO DE 1989. CENTENÁRIO DA REPÚBLICA DO BRASIL.


RBS

VIVA A REPÚBLICA!

Com o voto de milhões de brasileiros,
o Centenário da República ganha mais vida
e o Brasil mais esperança.



VARIG

ACIMA DE TUDO, BRASIL.

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Quarta-feira, 15 de novembro de 1989

100

REPÚBLICA


República chega hoje aos 100 anos. Nesse dia, mais de 80 milhões de brasileiros estarão, livre e diretamente, elegendo o Presidente da República, depois de 29 anos. Não há melhor maneira de se festejar a data.

É justo, portanto, que se comemore este centenário recordando as eleições presidenciais. Eleições diretas, indiretas, com muito e com pouco povo. E até sem nenhum povo. Candidatos de todo feitiço: civis, militares, conservadores, democratas, populistas. Militares sem medo das urnas e militares que preferiram vedá-las. Civis buscando apoio militar para contestar os resultados. Fraudes, apurações tumultuadas, golpes, Candidaturas puritárias e suprapuritárias.

Da eleição "a bico-de-pena" do início da República, que garantia a vitória do candidato da situação, até a última eleição direta, em 1960, quando a Oposição venceu com 48% dos votos, o Governo federal sempre interferiu na sucessão. Até o requinte máximo das eleições indiretas dos generais-presidentes, entre 64 e 79, quando o Exército escolhia todos os presidentes da República.

Os limites do sufrágio universal — que, no início, de universal só tinha o nome — alargaram-se até atingir homens e mulheres maiores de 16 anos. Como resultado, o eleitorado passou de 21% da população em 1960 para 60% em 89.

As campanhas também evoluíram. Aos discursos em banquetes, típicos da "política do café-com-leite", a oposição contrapôs os comícios: a reação republicana e a Aliança Liberal já antecipavam as grandes concentrações das campanhas do Brigadeiro e de Jânio Quadros. Mas a situação também promoveu manifestações, com o queremismo e com Dutra. Curiosamente, os maiores comícios da República ocorreram numa época sem eleição. Em 84, uma enorme multidão se reuniu no Rio e outra em São Paulo, pedindo a volta das eleições diretas para Presidente da República.



DE DEODORO A SARNEY

O balanço das 10 décadas de República revela um caminho de avanços e recuos, de conquistas e derrotas, de desafios vencidos e de problemas acumulados sem solução. A democracia republicana sofreu de todas as doenças do subdesenvolvimento e da subeducação, mas também subiu a grandes momentos em que a saga nacional encheu-se de deslumbramento. Teve pequenos e grandes heróis, pequenos e grandes vilões. Teve a Coluna Prestes e o Estado Novo. Teve a redemocratização de 45 e o regime militar de 64. Teve a Revolução de 30, a revolta constitucionalista de 32, as constituintes de 34, 46 e 87. E teve também a carta outorgada de 37 (a famosa *Polaca*), os atos institucionais, o pacote de abril (de 1977), Teve momentos de *requiem* e momentos de hino nacional. Houve tiros no peito e "forças ocultas". Houve os tenentes de 20 e 30, os coronéis de 40 e 50, os generais de 60 e 70. E houve o queremismo e as diretas-já. E houve exílios, fechamentos do Congresso, cassações de direitos. Foi uma história humana em todo o sentido.

Em 1891, amargurado com os rumos que tomava a República recém-nascida, declarou o Senador Saldanha Marinho: "Não era essa a República dos meus sonhos". Será que hoje, cem anos depois, já atingimos a República dos nossos sonhos? Se a resposta é não, se ainda estamos longe da República sonhada, resta um consolo: a graça de toda aventura humana é lutar permanentemente para tornar realidade o sonho.

ZERO HORN

ZERO HORA

Quarta-feira, 15 de novembro de 1989



Símbolo: o ato de amarrar as cavalas no Obelisco no Rio marcou o começo de uma era de imprensa gaúcha na Presidência

CAVALOS NO OBELISCO

PAULO BRANDI

Ilustrador

De quatro em quatro anos a História se repete: o candidato apoiado pelo Governo tinha o lugar assegurado na Presidência. Eis que em 1930 a crise da sucessão muda o curso da História. Candidato pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas enfrentou a poderosa máquina da situação, fazendo uma campanha de grande repercussão no País. Mas a corrida presidencial não se limitou a uma simples disputa eleitoral. A campanha de Vargas apresentou de fato o prelúdio da revolução de outubro de 30, que derrubou o presidente Washington Luís, levando de roldão o regime oligárquico da República Velha.

A crise sucessória começou com o rompimento da "política do café-com-leite", que garantia a alternância de Minas e São Paulo no poder. Em 30 era a vez de Minas, mas Washington Luís decidiu sustentar o nome do paulista Júlio Prestes, contrariando as expectativas de Minas e de seu governador, Antônio Carlos de Andrade.

VARGAS — O Rio Grande do Sul, governado por Vargas, se tornou então uma peça-chave

no jogo sucessório. Em julho de 29, respaldado pelo apoio de Minas, ele aceitou concorrer, tendo como companheiro de chapa o governador da Paraíba, João Pessoa. Em agosto, os três Estados fundaram a Aliança Liberal, recebendo a adesão de várias oposições estaduais, como o Partido Democrático de São Paulo, e de civis e militares descontentes com o regime. A chapa oficial (Júlio Prestes—Vital Soares) foi apoiada pelos governos de 17 Estados, recebendo ainda o reforço da Concentração Conservadora, dissidência do Partido Republicano Mineiro liderada pelo vice-presidente da República, Fernando de Melo Viana.

No Rio, na Convenção de 20 de setembro, a Aliança Liberal aprovou sua plataforma, destinada a conquistar ampla simpatia das classes médias e de alguns setores operários. O programa preconizava medidas de proteção ao trabalhador (aplicação da lei de férias, regulamentação do trabalho do menor e da mulher) e a reforma política do País (voto secreto, Justiça Eleitoral e anistia aos presos políticos e revolucionários perseguidos desde o primeiro levante tenentista de 1922).

A violenta crise econômica mundial,

provocada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, contribuiu para tornar mais tensa a campanha. No final de 29, já havia centenas de fábricas fechadas no Rio e em São Paulo e mais de um milhão de desempregados em todo o País. A crise atingiu principalmente a cafeicultura paulista, liquidando o programa de estabilização financeira do Governo. Segundo o comentário que começou a circular na época, o "General Café" se tinha voltado contra o Presidente.

CAMPAÑA — Vargas procurou conduzir a campanha com extrema cautela, mantendo sempre um canal de comunicação com Washington Luís, de quem fora Ministro da Fazenda em 1927. Várias vezes propôs a escolha de um nome de conciliação, e em dezembro de 29 chegou a afirmar um acordo secreto com o presidente, comprometendo-se a não sair de seu Estado durante a campanha. Enquanto isso, a corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por políticos mais jovens como Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, já admitia a hipótese de um movimento armado em caso de derrota, estreitando seus contatos com os líderes tenentistas.

No final do ano, Getúlio viajou ao Rio de Janeiro, rompendo em parte o acordo. Em 2 de janeiro de 1930 tomou sua plataforma, não em recinto fechado como fizera Júlio Prestes, mas na Esplanada do Castelo, para uma grande multidão ali concentrada. Em seguida foi a São Paulo e Santos, onde foi entusiasticamente recebido, deixando ao encargo de João Pessoa a campanha em Minas e nas principais cidades do Norte e Nordeste.

Em fevereiro, houve choques violentos em Garanhuns (PE), Vitória (ES) e Montes Claros (MG), onde um comitê de Concentração Conservadora foi interrompido a bala, ferindo o vice-presidente Melo Viana. O conflito mais grave eclodiu no dia 28, marcando o início da Revolta da Princesa contra o Governo de João Pessoa.

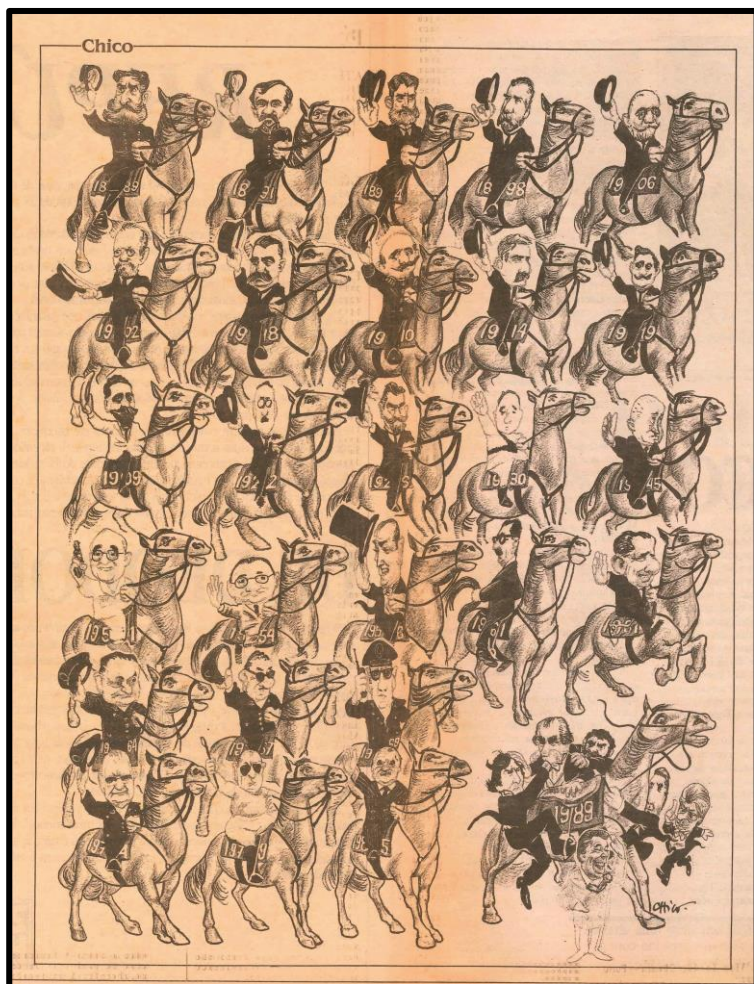
As eleições foram realizadas num sábado de carnaval e o resultado, como esperado, deu a vitória a Júlio Prestes, com 1.091.000 votos contra 737 mil dados a Getúlio. Pelo Bloco Operário e Camponês, patrocinado pelo Partido Comunista, concorreu o operário Minervino de Oliveira, que obteve uma votação simbólica.

Em 19 de março, o velho caudilho gaúcho Borges de Medeiros, em entrevista ao jornal A Noite, reconheceu a vitória de Júlio Prestes, dando por encerrada a campanha. Entretanto, as aristocracias prosequiram, ganhando impulso revolucionário após o assassinato de João Pessoa em julho. A conspiração acabou culminando na Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Zero Hora publicou semanalmente desde 6 de setembro uma série de artigos e textos sobre os 100 anos da República que termina com as quatro páginas de hoje, no dia em que, junto com as eleições presidenciais, se comemora o centenário

ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Na página central do caderno especial, o periódico porto-alegrense apresentou “Séculos de sobressaltos”, referindo-se a “acidentes de percurso” que “marcam os caminhos da democracia republicana da proclamação até 1964”. No texto se referia à implantação da República, ao Governo Provisório, à constituinte e à eleição indireta de Deodoro da Fonseca, bem como a sua queda após a tentativa de golpe de Estado e ao modelo político da República Velha. Em seguida, citava os Presidentes da República que, por diversos fatores, não conseguiram chegar ao final de seus mandatos. Foi editada ainda a matéria “A eleição que não houve”, voltada a debater o processo eleitoral que se desencadeou em 1937, mas que não foi concluído, tendo em vista o golpe de Estado que inaugurou a ditadura estado-novista. Em termos imagéticos, os cem anos de República foram sintetizados com caricatura que se embasada na pintura de Henrique Bernardelli simbolizando o ato da proclamação, com o protagonismo de Deodoro da Fonseca. Com algumas poucas nuances de pose, foram arrolados os retratos dos diversos personagens que desempenharam a Presidência da República, sendo as mais discrepantes as de Getúlio Vargas, em 1930, fazendo a saudação nazista – em referência ao autoritário Estado Novo – e, em 1950, com um revólver na mão – alusiva ao suicídio de 1954 –; e a de Jânio Quadros, que montava em posição invertida – designando as confusões executadas durante sua breve gestão. Ao final, mais uma vez referindo-se à eleição, o cavalo da Presidência era disputado entre os candidatos Collor, Brizola, Lula, Afif, Covas e até Sílvio Santos, apresentador de televisão, cuja candidatura foi invalidada.



ESTUDOS ACERCA DA REPÚBLICA SOB O PRISMA DA IMPREENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Desse modo, *Zero Hora* trouxe ao seu público leitor uma breve incursão à efeméride do centenário da República. A coincidência da data nacional com o ponto alto das eleições presidenciais que mobilizavam o país, tendo em vista o grande período passado sem que tal ação eleitoral ocorresse, fez com que o jornal optasse por uma abordagem mais sucinta sobre a passagem de um século da forma republicana. O periódico também não seguiu a risca o enfoque que normalmente a imprensa dedicava a essas datas consideradas redondas, com um olhar predominantemente voltado ao passado, pois preferiu dedicar-se de modo mais afinado ao presente, tecendo inter-relações entre o pretérito – com a fundação da República – e os tempos coetâneos – com a realização do sufrágio –, ao considerar, com certo otimismo exagerado, que a escolha direta para a Presidência, poderia constituir um ponto alto da evolução republicana no Brasil.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786589 557630

ISBN: 978-65-89557-63-0